

# R\$ 2.1 BILHÕES INVESTIDOS NA INFRAESTRUTURA DO BRASIL EM 2016.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - ARTERIS



36% de redução de acidentes viários na atual década.



Engajamento no Movimento Paulista de Segurança no Trânsito, apoiando o estado de SP a salvar vidas.



Projeto Escola Arteris escolhido como melhor iniciativa de educação para o trânsito pelo Prêmio Denatran.



Criação de novos programas de responsabilidade social corporativa: Viva Comunidade, Fórum Arteris da Juventude pela Segurança no Trânsito e Tô de Cinto, Tô Seguro.



Mais de 950 auditorias de segurança do trabalho que ajudaram a impulsionar padrões de segurança dos colaboradores.



Criação da Universidade Arteris, Programa de Educação Corporativa, com cerca de 7 mil horas de treinamento.



Receita de R\$ 4,3 bilhões impulsionada pela expansão de 7% das receitas de pedágio.



Sucesso em plano estratégico gerando Ebitda de R\$ 1,54 bilhão.



Investimento de R\$ 2,1 bilhões em obras de melhorias e manutenção de rodovias. O maior investimento da história da companhia.



Lucro Líquido de R\$ 260 milhões, resultado 74% maior que no ano anterior.



Reconhecimento das Práticas de Gestão de Pessoas pelo prêmio Valor Carreira.





## Mensagem do Presidente

Mesmo em um ano de cenário macroeconômico desafiador, a Arteris cumpriu seus compromissos com os diferentes stakeholders: usuários, colaboradores, órgãos reguladores, sociedade e acionistas.

A Arteris obteve resultados excelentes em 2016. A receita bruta atingiu R\$ 4,3 bilhões, impulsionada principalmente pela expansão de 7% das receitas de pedágio. Também obtivemos sucesso na implementação do plano estratégico de eficiência, o que nos permitiu entregar um EBITDA de R\$ 1,54 bilhão, 23% superior a 2015. O lucro líquido, por sua vez, foi de R\$ 260 milhões, crescendo 74% em relação ao ano anterior.

A missão da Arteris é atuar de forma relevante no desenvolvimento da infraestrutura necessária ao crescimento sustentável do Brasil. Nesse sentido, obras importantes para o país seguiram em ritmo intenso, como a da Serra do Cafezal, a do Contorno Rodoviário de Florianópolis e a duplicação da BR-101/RJ. Realizamos esse trabalho seguindo sempre a premissa de segurança, excelência e qualidade de entrega, atingindo em 2016 um total de investimentos de R\$ 2,1 bilhões em obras e melhorias, o valor mais alto na história do Grupo.

O diálogo produtivo e transparente com os diferentes órgãos reguladores e outros organismos públicos foi um pilar importante para a realização desses investimentos, que permitirão uma significativa melhoria nas condições de segurança, fluxo de tráfego e conforto de toda a nossa rede.

O apoio dos acionistas, com injeções de capital de R\$ 2,1 bilhões em 2016, foi fundamental para financiar a Arteris a custos competitivos e otimizar a estrutura de capital em um ano desafiador para

a obtenção de financiamentos. Com déficit orçamentário do governo e alta da inflação, o Banco Central e o BNDES aumentaram as taxas de juros. Porém a credibilidade e a solidez do Grupo permitiram continuar com o apoio do mercado financeiro, contratando novas operações para financiar investimentos no valor de R\$ 800 milhões.

O processo de transformação cultural e o reforço dos nossos valores continuaram como eixo estratégico da Arteris. Realizamos mais de 950 auditorias de segurança do trabalho, ajudando a companhia a evoluir ainda mais em padrões e procedimentos, tendo em vista a busca contínua de excelência e zero fatalidade. Hoje, somos referência em segurança no país.

A Arteris também está engajada na Década de Ação pelo Trânsito Seguro, da ONU, que visa reduzir em 50% o número de fatalidades no trânsito entre 2010 e 2020. E motivo de orgulho termos alcançado essa meta na Autopista Régis Bittencourt. O Grupo, aliás, já obteve 36% de redução em relação ao ano-base.

O ano de 2016 marcou ainda a consagração do Projeto Escola Arteris, que tem 15 anos de existência. Foi reconhecido como o melhor projeto educacional para o trânsito do Brasil, conquistando o Prêmio Denatran de Educação.

A Arteris também foi premiada pelo "Valor Carreira" como uma das melhores empresas do Brasil em gestão de pessoas. O envolvimento e a motivação da liderança na Universidade Arteris, programa de educação corporativa, foram essenciais para alcançar a excelência referendada pelo prêmio do

jornal "Valor Econômico". O compliance, por sua vez, permeou a atuação da companhia em 2016. Com grande destaque para comunicação e treinamento, consolidamos o trabalho da área.

Em 2017, sabendo da nossa importância para o desenvolvimento da infraestrutura do Brasil, continuaremos investindo intensamente, com previsão de R\$ 2,2 bilhões a serem destinados a obras em nossas concessões.

A melhoria das perspectivas macroeconômicas, com consequente recuperação do tráfego, aponta para um cenário mais favorável ao setor de concessões de rodovias. Temos a certeza de que esse novo ciclo amplia nossas oportunidades de colaborar com o desenvolvimento do país, sempre com a visão de longo prazo que norteia nossa companhia.

Finalmente, não posso deixar de reconhecer o formidável trabalho de cada um dos nossos mais de 5.700 colaboradores. Com comprometimento e iniciativa em um ano desafiante, o empenho de todos foi determinante para a Arteris superar os objetivos de 2016. Muito obrigado pelo compromisso e pelos resultados atingidos. Vamos continuar trabalhando juntos, criando valor sustentável à sociedade e aos nossos acionistas. Temos certeza de que 2017 será um ano de sucesso ainda maior.

David Diaz  
Presidente da Arteris

## Relatório de Administração

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Arteris S.A. ("Arteris" ou "Companhia") submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório de Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

### Perfil

A Arteris desempenha importante papel no setor de infraestrutura rodoviária brasileira, sendo responsável por investimentos direcionados à melhoria, ampliação, conservação e operação de rodovias, no âmbito dos programas de concessão do Governo do Estado de São Paulo e do Governo Federal. A Companhia por meio de suas concessionárias opera e administra 3.250 quilômetros de estradas, que interligam o principal polo econômico do País – situado entre os estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina – caracterizado por sua elevada densidade demográfica.

Ao todo são nove concessionárias, quatro estaduais e cinco federais, todas empresas de capital aberto, controladas 100% pela Arteris – Autovias S.A. (Autovias), Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (Centrovias), Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (Intervias), Vianorte S.A. (Vianorte), Autopista Fernão Dias S.A. (Fernão Dias), Autopista Fluminense S.A. (Fluminense), Autopista Litoral Sul S.A. (Litoral Sul), Autopista Planalto Sul S.A. (Planalto Sul) e Autopista Régis Bittencourt S.A. (Régis Bittencourt).

A Companhia detém ainda o controle da empresa Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (Latina Manutenção), sociedade criada com fim de fiscalização, gerenciamento de obras, sinalização e manutenção de rodovias.

### Eventos Relevantes

#### Incorporação Latina Sinalização de Rodovias:

No dia 31 de março foi aprovada a incorporação da Latina Sinalização de Rodovias Ltda. para Latina Manutenção de Rodovias Ltda. ambas sociedades controladas pela Arteris e que prestam serviços exclusivamente para as empresas do grupo.

#### OPA:

Em 17 de maio de 2016, os acionistas controladores realizaram uma Oferta Pública de Aquisição de Ações da Arteris no valor de R\$ 10,06 por ação, para fins de cancelamento de registro de companhia aberta como emissora categoria A e Saída do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

Em 17 de junho de 2016 a CVM autorizou a conversão do registro de companhia aberta da Companhia de categoria "A" para categoria "B".

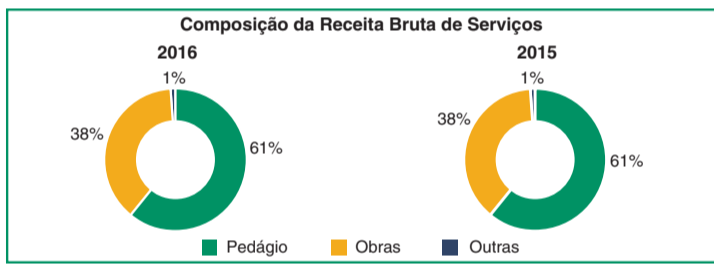
#### Venda STP:

Em agosto de 2016 a Companhia realizou a venda e transferência da totalidade de suas ações da Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. ("STP") pelo valor bruto de R\$ 191,2 milhões, representativas de 4,68% do capital social da STP para a DBTrans Administração de Meios de Pagamentos Ltda.

### Desempenho Econômico-Financeiro

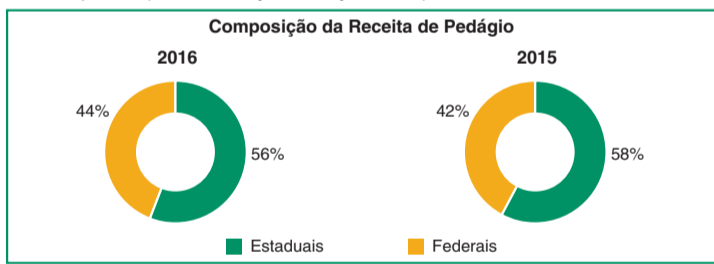
#### Receita Bruta de Serviços

No exercício social de 2016, a Arteris registrou receita bruta de R\$ 4,3 bilhões, um aumento de 5,9% em relação ao ano anterior. Este resultado foi impulsionado principalmente pelas receitas de pedágio que se tiveram uma expansão de 6,7% em função dos reajustes de tarifas – em algumas concessões federais acima da inflação, em função de reequilíbrios.



#### Receita de Pedágio

A receita de pedágio em 2016 teve um crescimento de 6,7% em relação a 2015, com um total de R\$ 2,6 bilhões, apesar da retração do tráfego apresentado no ano. Isto foi possível graças aos reajustes de tarifas aplicados em todas as concessões, sendo que dentre as rodovias federais algumas tiveram reajustes superiores a inflação em função de reequilíbrios contratuais.



**Tráfego Pedagiado:** O volume total de tráfego pedagiado da Companhia em 2016, foi de 651,9 milhões de veículos equivalentes, queda de 4,2% em relação a 2015. Em IMD (Intensidade Média Diária) a queda foi de 2,8% comparada ao ano anterior.

A queda observada no volume de veículos nos últimos trimestres se deve a retração do ambiente econômico no país que tem se convertido em uma redução do produto interno bruto, principalmente no que se refere à produção industrial. O impacto desta retração é notado na queda de tráfego pesado, principalmente em nossas rodovias federais, as quais são compostas em média por 70% de veículos equivalentes pesados, em comparação aos 60% nas rodovias estaduais.

**Tarifa Média:** Em 2016, a tarifa média consolidada praticada pela Arteris em suas praças de pedágio foi de R\$ 3,99, o que representou um incremento de 11,4% em relação à tarifa média de 2015.

Em julho de 2016, o governo do Estado de São Paulo autorizou o reajuste anual aplicado às tarifas dessas concessões, de acordo com a variação acumulada do IPCA do período, de 9,32%, conforme prevê o contrato de concessão. Em média, as tarifas das concessões estaduais ficaram em R\$ 7,42 (+6,6%) em 2016.

Já as concessionárias federais, tiveram ao longo de 2016 e do exercício anterior todos os reajustes de tarifas conforme preveem os respectivos contratos de concessão, levando-se em consideração a variação acumulada do IPCA, eventuais reequilíbrios econômico-financeiros dos contratos e critérios de arredondamento. Os reajustes ocorrem sempre em fevereiro de cada ano para as Autopistas Fluminense e Litoral Sul e em dezembro para as Autopista Fernão Dias, Régis Bittencourt e Planalto Sul. A tarifa média consolidada de 2016 para as concessões federais foi de R\$ 2,52, 18,3% superior à cobrada em 2016.

Ao final de 2016 e início de 2017, a ANTT autorizou as concessionárias federais a incluírem no cálculo das tarifas em vigor a partir dos últimos dias de 2016 e para todo o ano de 2017, incrementos adicionais ao repasse integral da inflação de forma a remunerar investimentos adicionais (aditivos) para a melhoria/readequação da infraestrutura das rodovias federais. As novas tarifas estão demonstradas na tabela a seguir:

Concessionárias	Tarifa anterior	Nova Tarifa	Varição %	Em vigor a partir de
Autopista Fernão Dias	1,80	2,10	16,7%	19/12/2016
Autopista Planalto Sul	4,80	5,60	16,7%	19/12/2016
Autopista Régis Bittencourt	2,50	3,00	20,0%	29/12/2016
Autopista Fluminense	4,50	5,00	11,1%	02/02/2017
Autopista Litoral Sul	2,30	2,60	13,0%	24/02/2017

**Meios Eletrônicos:** A receita com a cobrança eletrônica (Sistema AVI) nas praças de pedágio das concessionárias estaduais representou 68,4% em 2016, contra 66,8% no ano anterior. Nas concessionárias federais, o percentual médio de receita com cobrança eletrônica foi de 54,7% contra 53,2% em 2015.

#### Receita de Obras

A receita de obras – representação contábil relacionada aos investimentos da Companhia em seus ativos intangíveis e, portanto, sem efeito caixa – cresceu 5,8% em relação a 2015, atingindo R\$ 1,6 bilhão no último exercício. O aumento nesta rubrica veio em linha com o crescente ciclo de obras em curso nas rodovias federais.

#### Outras Receitas

As outras receitas são compostas exclusivamente de receitas acessórias oriundas da exploração/comercialização de serviços na faixa de domínio das rodovias concessionadas. Em 2016 estas receitas foram de R\$ 39,7 milhões, redução de 26,7% em relação ao exercício anterior, cabe ressaltar que no ano de 2015 tivemos uma cobrança retroativa referente a faixa de domínio da Autopista Fernão Dias.

#### Custos e Despesas Operacionais

O total de custos e despesas da Companhia em 2016 foi de R\$ 3,1 bilhões, o que representou um incremento de apenas 0,7% em relação ao ano de 2015. Uma parte desta variação tem relação com linhas de custos não caixa, como é o caso da depreciação e amortização, que subiram 16,0% em relação a 2015.

Os custos caixa foram de R\$ 658,6 milhões, uma queda de 19,5% na comparação anual. Esta redução está relacionada, em grande medida, pelo efeito da venda da STP no ano de 2016.

Se não considerássemos o efeito da venda da STP, os custos caixa ainda teriam subido 3,5%, já os custos totais teriam um aumento de 6,8%.

#### EBITDA e EBITDA Ajustado

O resultado operacional da Arteris medido por seu EBITDA registrou um aumento de 22,8% em relação a 2015, em função principalmente da venda da STP e totalizou R\$ 1,5 bilhão. Já o EBITDA ajustado pela provisão para manutenção de rodovias, que não tem "efeito caixa", registrou um crescimento de 20,2%, com um total de R\$ 1,7 bilhão e margem\* de 72,6% (8,6. p.p.).

Excluindo os efeitos da venda da STP, o EBITDA seria de R\$ 1,4 bilhão (+7,9%) e o EBITDA ajustado de R\$ 1,6 bilhão (+7,3%).

\* A Margem EBITDA considera a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

EBITDA e EBITDA Ajustado (Em milhares de reais)			
	2016	2015	Varição %
Receita Operacional Líquida	4.052.399	3.827.963	5,9%
Custos e Despesas (excluí depreciação e amortização)	(2.507.691)	(2.569.677)	-2,4%
<b>EBITDA 1</b>	<b>1.544.708</b>	<b>1.258.286</b>	<b>22,8%</b>
Margem EBITDA	64,2%	55,3%	8,8 p.p.
(+) Provisão para manutenção de rodovias	203.961	196.823	3,6%
<b>EBITDA Ajustado 2</b>	<b>1.748.669</b>	<b>1.455.109</b>	<b>20,2%</b>
Margem EBITDA Ajustado	72,6%	64,0%	8,6 p.p.

<sup>1</sup> EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

<sup>2</sup> Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil IPCC 01). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício.

#### Resultado Financeiro

A Companhia apresentou ao final de 2016 um resultado financeiro negativo de R\$ 557,4 milhões, variação de 12,6% em relação a 2015 que havia registrado saldo negativo de R\$ 495,1 milhões. Este resultado é proveniente, da combinação dos seguintes fatores:

• Apesar do aumento dos juros que remuneram as aplicações financeiras (atreladas ao CDI), as receitas financeiras reduziram R\$ 63,0 milhões (-38,2%) em 2016, principalmente por um menor saldo médio de caixa aplicado no período.

• Um aumento de R\$ 62,4 milhões (+9,5%) nas despesas financeiras, principalmente em função de perdas em operações de Swap e também ao aumento das taxas dos indexadores de juros da dívida bruta (TJLP, CDI e IPCA).

#### Lucro Líquido

Em 2016, a Companhia registrou R\$ 259,6 milhões de lucro líquido consolidado, um crescimento de 73,8% comparado ao ano de 2015. Apesar da retração do tráfego apresentado no período, das maiores taxas de juros e da incidência da cobrança das alíquotas de Pis e Cofins sobre as receitas financeiras a partir de julho de 2015, gerando um pior resultado financeiro, os principais fatores para esse aumento foram os reajustes de tarifa aplicados em todas as concessões sendo que, dentre as rodovias federais algumas obtiveram reajustes superiores à inflação, em função de reequilíbrios dos contratos provenientes de aditivos e também a venda da participação acionária da Arteris na empresa "STP".

O lucro consolidado da Companhia difere do lucro contábil individual da Arteris (como empresa controladora do grupo) que foi de R\$ 251,2 milhões em 2016, este último sendo a base para a apuração de dividendos a serem distribuídos aos acionistas. Esta diferença, conforme descrito na Nota Explicativa nº 3, advém do fato das demonstrações financeiras individuais terem sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais, no caso da Arteris S.A., diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras individuais pela opção da manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado.

#### Endividamento

Em 31 de dezembro de 2016, a dívida líquida da Companhia totalizou R\$ 4,6 bilhões, uma redução de 18,4% ou R\$ 1,0 bilhão em relação ao exercício anterior.

A dívida líquida no final de 2016 representava 2,8 vezes o EBITDA Ajustado gerado menos o pagamento do ônus fixo nos últimos 12 meses.

Endividamento (Em milhares de reais)			
	2016	2015	Varição %
Dívida Bruta	5.261.855	6.386.403	-17,6%
Curto Prazo	1.604.866	1.961.411	-18,2%
Longo Prazo	3.656.989	4.424.992	-17,4%
Posição de Caixa	643.364	728.572	-11,7%
Caixa e equivalentes de caixa	384.111	488.529	-21,4%
Aplicações financeiras vinculadas 1	259.253	240.043	8,0%
<b>Dívida Líquida</b>	<b>4.618.491</b>	<b>5.657.831</b>	<b>-18,4%</b>

<sup>1</sup> Curto e longo prazos

Esta redução de R\$ 1,0 bilhão deveu-se, principalmente, a amortização de R\$ 750 milhões referente a 3ª emissão de debêntures da Arteris.

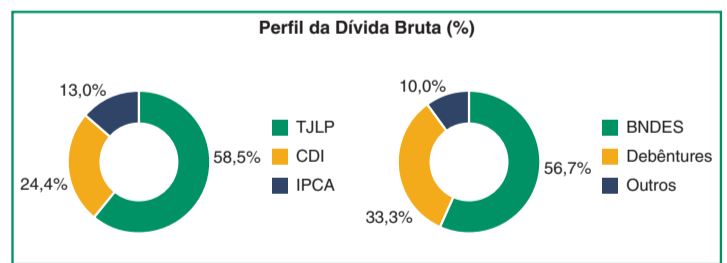
Os principais movimentos relacionados à dívida estão detalhados a seguir:

**Empréstimos BNDES:** A Arteris conta com recursos de longo prazo, concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para financiar os programas de investimento das concessões federais da Companhia. Desta forma, todas as 5 concessionárias federais contam com linhas de financiamento de longo prazo aprovadas, garantindo os recursos necessários para a implantação das principais obras contratuais até o final do período de concessão.

Em 2016 foi contratado um novo financiamento na modalidade Finem para a Autopista Fernão Dias no valor de R\$ 205 milhões, tendo isto em conta, até 31 de dezembro de 2016 foram desembolsados aproximadamente R\$ 3,7 bilhões no consolidado referentes a empréstimos do BNDES, restando, portanto, um saldo a utilizar de R\$ 246,8 milhões.

**Emissões de Debêntures:** A concessionária Fernão Dias, controlada da Arteris, concluiu no mês de novembro de 2016 sua 4ª emissão de debêntures simples no valor de **R\$ 65 milhões** de reais e com custo de emissão de **IPCA + 7,5%** e pagamento de juros semestrais.

#### Endividamento Bruto:



Em 31 de dezembro de 2016, a dívida bruta consolidada da Companhia (empréstimos e financiamentos mais debêntures) totalizava R\$ 5,3 bilhões, sendo que deste montante 58,5% correspondia a contratos indexados pela TJLP, 24,4% correspondia a contratos atrelados ao CDI e 13,0% a contratos atrelados ao IPCA.

#### Ônus Fixo pago ao Poder Concedente

De acordo com as condições estabelecidas nos contratos de concessão, as concessionárias estaduais devem pagar ônus fixo ao poder concedente como contrapartida pela outorga da concessão. No ano de 2016, as concessionárias estaduais pagaram ao Poder Concedente, R\$ 81,6 milhões a título de ônus fixo.

#### Manutenção das Rodovias

No ano de 2016, as concessionárias estaduais desembolsaram, como pagamento de manutenções realizadas em suas rodovias, o total de R\$ 176,8 milhões.

#### Investimentos

Considerando todas as intervenções de manutenção, a Companhia atingiu um nível recorde histórico de investimento no valor de R\$ 1,9 bilhão, um aumento de 10,4% em relação ao ano de 2015. Deste total, 80% foram destinados às concessionárias federais.

As obras mais relevantes no período, para as quais os investimentos da Companhia foram destinados, são as seguintes:

**Autopista Fluminense:** Ao longo do exercício, a Concessionária manteve o intenso ritmo de obras de duplicação da Rodovia BR 101/RJ entre os municípios de Rio Bonito e Campos dos Goytacazes, iniciadas no 3T11 após a obtenção da Licença de Instalação junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A obra contempla a Duplicação de 176,6 quilômetros, dos quais 82 quilômetros foram concluídos até 2016. Dos 94,6 quilômetros restantes, 43,8 quilômetros estão em obras.

A Companhia concluiu em agosto de 2015 a obra de Duplicação da Avenida do Contorno, localizada no município de Niterói, com uma extensão de 2,2 km. Este empreendimento trouxe o aumento da segurança dos usuários da rodovia devido à expansão de sua capacidade viária.

Outras melhorias vêm sendo executadas na rodovia, como a conclusão do Trevo em Desnível do km 113+300 no município de Campos dos Goytacazes e do km 253+600 no município de Rio Bonito.

**Autopista Fernão Dias:** Após ter concluído em 2013 a implantação do Contorno de Belim (MG), trecho de 8,1 quilômetros, possibilitando a criação de uma alternativa para o tráfego rodoviário de longa distância que trafegava pelo município, a concessionária, cumpriu o cronograma de suas principais obras contratuais.

Porém outras melhorias vêm sendo executadas na rodovia, como a conclusão da implantação de 43,5 quilômetros de Faixas Adicionais no município de Brumadinho/MG, Itaguara/MG, Igarapé/MG e Belim/MG, 0,13 quilômetro de Rua Lateral no município de Itaguara/MG e a conclusão do Trevo em Desnível no km 494+040 no município de Belim/MG.

**Autopista Régis Bittencourt:** O projeto de Serra do Cafezal (BR-116/SP), principal obra da concessionária, segue em pleno andamento na execução de suas obras. A companhia concluiu e liberou ao tráfego 20,1 quilômetros da duplicação, de um total de 30,5 quilômetros, correspondente a 66% em extensão, incluindo 2 trevos em desnível. A ANTT aprovou em dezembro de 2014 o reequilíbrio necessário para a continuidade das obras, contemplando a construção de 4 túneis totais em andamento e 38 pontes e viadutos (12 concluídos, 26 em andamento).

Outras melhorias vêm sendo executadas na rodovia, como a conclusão de 3 Trevos em Desnível nos km 12+780 no município de Quatro Barras/PR, km 288+000 no município de Itapeverica da Serra/SP e km 305+000 no município São Lourenço da Serra, 2 Dispositivo de Interseção nos km 292+000 município Itapeverica da Serra/SP e 322+000 no município de Juquitiba/SP e 1 Passarela sobre pista dupla no km 328+150 no município de Juquitiba/SP.

**Autopista Planalto Sul:** A Concessionária tem como principal obra a duplicação de 25,4 quilômetros da BR-116/PR entre Curitiba (PR) e Mandrituba (PR), que possui a Licença de Instalação concedida pelo IBAMA. Do total, 23,1 quilômetros estão concluídos e liberados ao tráfego, entre Curitiba (PR) e Mandrituba (PR) e o restante encontra-se em obras.

Durante o ano, foi realizada a implantação de 3 Passarelas no km 122+140 município Curitiba/PR, km 125+300 no município de Fazenda Rio Grande/PR e km 117+900 no município de Curitiba/PR, 9,9 quilômetros de Ruas Laterais nos municípios de Mafra/SC e Mandrituba/PR e 0,25 quilômetro de Faixa Adicional no município de Mafra/SC.

**Autopista Litoral Sul:** O Contorno de Florianópolis, uma das mais importantes obras para a região, foi iniciado em maio de 2014, logo após a emissão da Licença de Instalação pelo IBAMA para um trecho de 14 quilômetros, posteriormente em maio de 2015 houve a emissão de uma Licença Ambiental retificadora, abrangendo uma extensão total de 47 quilômetros. Atualmente estão em andamento as obras no Trecho Norte, Trecho Intermediário, com 1 trevo em desnível no km 215+380 e 5 passagens inferiores.

Em 2016, a Concessionária também concluiu a implantação de 1,5 quilômetro de Rua Lateral nos municípios de Itajaí/SC e Barra Velha/SC, 1 Passarela no município de Garuva/SC, 3 Passagens em Desnível inferior no km 216+600 no município de Palhoça/SC, km 637+250 e 646+050 no município de Tijucas do Sul/PR.

**Autovias:** Foi concluída em Dezembro de 2016, a duplicação de 2,1 quilômetros da SP 318, entre os quilômetros 241 e 243,1 com 1 Trevo em Desnível e 1 Passarela, no município de São Carlos. Foi iniciada em Março de 2016 a Duplicação da Rodovia SP-345 entre os municípios de Itirapuaçu/SP e Patrocínio Paulista/SP numa extensão de 9,5 km com a implantação de 3 trevos localizados no km 11+100, km 13+950, km 16+100, 1 Ponte no km 18+800 sobre o Rio Sapucaizinho.

**Intervias:** Em Fevereiro de 2016 a Companhia concluiu as obras de implantação de 5,0 quilômetros referente à segunda etapa do Contorno Viário de Mogi Mirim (SP), além da conclusão da Duplicação SP-147 km 64+800 ao km 85+700 contemplando 20,9 quilômetros entre os municípios de Mogi Mirim/SP e Engenheiro Coelho/SP, incluindo 2 Passagens Inferiores e 2 Passagens Superiores.

**Centrovias:** Em 2016 foi iniciada a Implantação do Complexo Viário entre as Rodovias SP-225 e SP-310 no município de Itirapuaçu/SP.

Engloba a implantação de 7 quilômetros de Vias Marginais, 6 quilômetros de Ciclo Faixa e Passeio para Pedestre, 1 Passarela, 1 Dispositivo de Retorno em Desnível no km 94 na SP 225 e iluminação.

#### Valor Adicionado

A Arteris gerou em 2016, em termos consolidados, valor adicionado de R\$ 1,8 bilhão, 18,1% superior ao de 2015. Esse valor é resultante das receitas oriundas da prestação de serviços (R\$ 4,5 bilhões), menos custos relativos à concessão e construção, materiais e bens de consumo, serviços de terceiros e depreciação e amortização (R\$ 2,4 bilhões), mais dividendos, juros capitalizados e outras receitas financeiras (R\$ 414,6 milhões).



#### Informações divulgadas pela Abertis

As demonstrações financeiras e operacionais trimestrais divulgadas pela Abertis referentes à Arteris, não são necessariamente idênticas aos resultados reportados pela Companhia, uma vez que a regras do IFRS no Brasil apresentam algumas diferenças com os critérios de IFRS reportados pela Abertis. A Abertis também inclui em seus resultados determinados impactos relacionados ao tratamento contábil da transação de compra da Participes em Brasil S.L., sociedade controladora de 85,1% da Arteris.

A evolução de tráfego das concessionárias da Companhia medida pelo IMD (Intensidade Média Diária), conceito habitualmente utilizado pela Abertis para medir o desempenho de tráfego, representa o volume médio diário de tráfego da concessionária, em veículos absolutos, e é calculado pela média diária de veículos em cada praça de pedágio, ponderada pela quilometragem da rodovia.

#### Dividendos

Os acionistas têm direito a receber, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Em relação ao lucro apurado no exercício de 2015, a Companhia efetuou no dia 29 de abril de 2016 o pagamento de R\$33,3 milhões, o que representou R\$ 0,10 por ação, representando um pay-out de 25%.

Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 não foram deliberados pagamentos de dividendos intermediários. Os dividendos mínimos do exercício de 2016 serão discutidos em Assembleia Geral Ordinária que será realizada no dia 28 de abril de 2017.

#### Profissionais

A Arteris conta com 5.746 profissionais em seu quadro de pessoal, dos quais 49,9% estão alocados nas concessionárias federais, 21,8% nas estaduais, 25,6% nas construtoras do grupo e o restante, ou 2,8% em sua holding.

**Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)**

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio Líquido Circulante	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015			2016	2015		
<b>Circulante</b>											
Caixa e equivalentes de caixa	6	151.383	127.362	384.111	488.529	Empréstimos e financiamentos	12	163.809	–	459.062	234.496
Contas a receber	5	–	–	150.926	153.130	Instrumento financeiro derivativo	25	5.092	–	5.092	–
Contas a receber – partes relacionadas	14	789.347	190.629	–	223	Debêntures	13	206.383	859.166	923.222	1.726.915
Estoque	–	–	–	15.881	8.866	Contas a pagar – partes relacionadas	14	507.699	132.318	215.099	–
Impostos a recuperar	4	48.785	17.563	102.952	83.846	Fornecedores	4	285	6.246	224.454	139.391
Aplicações financeiras vinculadas	8	1	–	161.014	154.171	Obrigações sociais	15	228	14.776	79.507	78.487
Dividendos a receber	–	–	6.223	–	6.223	Obrigações fiscais	15	5.72	5.975	108.459	63.663
Despesas antecipadas	–	–	333	302	22.746	Cauções contratuais	–	–	82.368	78.189	–
Outros créditos	–	–	414	1.543	6.562	Taxa de fiscalização	–	–	3.868	3.519	–
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>990.263</b>	<b>343.622</b>	<b>844.415</b>	<b>918.364</b>	Dividendos propostos	18	59.652	33.270	59.652	33.270
						Cretores pela concessão	16	–	–	86.961	79.765
<b>Não Circulante</b>						Provisão para manutenção em rodovias	17	–	–	332.903	173.524
Contas a receber	6	–	–	2.650	8.164	Provisão para investimentos em rodovias	17	–	–	63.749	56.711
Aplicações financeiras vinculadas	8	–	–	98.239	85.872	Sinistros Recebidos	18	–	–	816	3.942
Impostos a recuperar	–	–	7.506	–	10.449	Outras contas a pagar	–	7.479	4.328	33.243	15.249
Contas a receber – partes relacionadas	14	1.519.429	1.941.910	–	–	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>985.217</b>	<b>1.056.079</b>	<b>2.678.455</b>	<b>2.687.121</b>
Despesas antecipadas	–	–	–	18.971	150	<b>Não Circulante</b>					
Outros créditos	–	–	–	–	24	Empréstimos e financiamentos	12	–	–	2.831.769	2.885.688
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	–	–	358.579	256.591	Debêntures	13	–	–	198.418	829.584
Depósitos judiciais	17	6.266	6.266	129.475	111.437	Contas a pagar – partes relacionadas	14	857.823	1.391.395	–	–
Investimentos	9	3.836.275	2.593.198	19	1.053	Fornecedores	4	–	–	–	2.824
Imobilizado	10	8.604	9.621	63.598	62.414	Cretores pela concessão	16	–	–	36.487	108.926
Intangível	11	31.555	21.112	9.871.107	8.627.052	Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	–	–	52.224	62.870
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>5.402.129</b>	<b>4.579.613</b>	<b>10.542.638</b>	<b>9.163.206</b>	Provisão para manutenção em rodovias	17	–	–	350.453	457.361
						Provisão para investimentos em rodovias	17	–	–	2.014	63.604
						Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	17	408	222	73.073	17.517
						Outras contas a pagar	–	–	2.390	4.371	11.506
						<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>858.231</b>	<b>1.592.425</b>	<b>4.179.975</b>	<b>5.149.600</b>
						<b>Total do passivo</b>		<b>1.843.448</b>	<b>2.648.504</b>	<b>6.858.430</b>	<b>7.836.721</b>
						<b>Patrimônio Líquido</b>					
						Capital social	18	3.175.816	1.033.198	3.175.816	1.033.198
						Reserva de lucros	–	1.395.399	1.263.804	1.375.078	1.233.922
						Ajuste do patrimônio líquido – variação cambial no capital	–	(22.271)	(22.271)	(22.271)	(22.271)
						<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>4.548.944</b>	<b>2.274.731</b>	<b>4.528.623</b>	<b>2.244.849</b>
						<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>6.392.392</b>	<b>4.923.235</b>	<b>11.387.053</b>	<b>10.081.570</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>6.392.392</b>	<b>4.923.235</b>	<b>11.387.053</b>	<b>10.081.570</b>						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstração do Resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto o lucro por ação básico e diluído)**

Receita Operacional Líquida	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
<b>Custo dos Serviços Prestados</b>					
Lucro Bruto	19	–	–	4.052.399	3.827.963
<b>Recargas (Despesas) Operacionais</b>					
Gerais e administrativas	20	(11.728)	(7.275)	(249.819)	(192.907)
Remuneração da Administração	14	(4.615)	(5.112)	(20.268)	(20.616)
Resultado de equivalência patrimonial	9	204.426	196.107	–	–
Tributárias	–	–	–	(811)	(575)
Outras receitas operacionais, líquidas	21	194.030	10.489	194.787	9.839
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>		<b>381.847</b>	<b>193.398</b>	<b>(75.875)</b>	<b>(206.053)</b>
<b>Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro</b>		<b>381.847</b>	<b>193.398</b>	<b>936.147</b>	<b>733.680</b>
<b>Resultado Financeiro</b>					
Receitas financeiras	22	353.298	274.026	101.757	164.738
Despesas financeiras	22	(518.311)	(327.315)	(722.286)	(659.858)
Variação cambial, líquida	22	63.146	(24)	63.139	(25)
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>(101.867)</b>	<b>(53.313)</b>	<b>(557.390)</b>	<b>(495.145)</b>
<b>Lucro Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>		<b>279.980</b>	<b>140.085</b>	<b>378.757</b>	<b>238.535</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>					
Corrente	7	(28.813)	–	(231.780)	(189.306)
Diferido	7	–	–	112.593	100.113
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>		<b>251.167</b>	<b>140.085</b>	<b>259.570</b>	<b>149.342</b>
<b>Lucro por Ação Básico e Diluído – R\$</b>		<b>0,6499</b>	<b>0,4067</b>	<b>0,6717</b>	<b>0,4336</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstração do Resultado Abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)**

Lucro Líquido do Exercício	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Outros Resultados Abrangentes	–	–	–	–	–
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>		<b>251.167</b>	<b>140.085</b>	<b>259.570</b>	<b>149.342</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Individual para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)**

Saldos em 1 de janeiro de 2015	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Ajuste do patrimônio líquido – variação cambial no capital	Lucros acumulados	Total
			Legal	Retenção de lucros			
Lucro líquido do exercício	–	873.822	123.794	1.192.571	(22.271)	–	2.167.916
Aumento de capital	–	159.376	–	(159.376)	–	–	140.085
Destinações do lucro líquido:							
Reserva legal	–	–	7.004	–	–	(7.004)	–
Dividendos propostos	18	–	–	–	–	(33.270)	(33.270)
Constituição de reserva de retenção de lucros	–	–	–	99.811	–	(99.811)	–
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>		<b>1.033.198</b>	<b>130.798</b>	<b>1.133.006</b>	<b>(22.271)</b>	<b>–</b>	<b>2.274.731</b>
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	251.167	251.167
Aumento de capital	18	2.142.618	–	(49.905)	–	–	2.092.713
Cancelamento de ações	18	–	–	(10.015)	–	–	(10.015)
Destinações do lucro líquido:							
Reserva legal	–	–	12.558	–	–	(12.558)	–
Dividendos propostos	18	–	–	–	–	(59.652)	(59.652)
Constituição de reserva de retenção de lucros	–	–	–	178.957	–	(178.957)	–
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>3.175.816</b>	<b>143.356</b>	<b>1.252.043</b>	<b>(22.271)</b>	<b>–</b>	<b>4.548.944</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)**

Saldos em 1 de janeiro de 2015	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Ajuste do patrimônio líquido – variação cambial no capital	Lucros acumulados	Total
			Legal	Retenção de lucros			
Lucro líquido do exercício	–	873.822	124.268	1.152.958	(22.271)	–	2.128.777
Aumento de capital	–	159.376	–	(159.376)	–	–	149.342
Destinações do lucro líquido:							
Reserva legal	–	–	7.004	–	–	(7.004)	–
Transferência de reservas	–	–	(474)	474	–	–	–
Dividendos propostos	–	–	–	–	–	(33.270)	(33.270)
Constituição de reserva de retenção de lucros	–	–	–	109.068	–	(109.068)	–
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>		<b>1.033.198</b>	<b>130.798</b>	<b>1.103.124</b>	<b>(22.271)</b>	<b>–</b>	<b>2.244.849</b>
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	259.570	259.570
Aumento de capital	18	2.142.618	–	(49.905)	–	–	2.092.713
Cancelamento de ações	18	–	–	(10.015)	–	–	(10.015)
Resultado de incorporação	–	–	–	1.158	–	–	1.158
Destinações do lucro líquido:							
Reserva legal	–	–	12.558	–	–	(12.558)	–
Dividendos distribuídos	18	–	–	–	–	(59.652)	(59.652)
Constituição de reserva de retenção de lucros	–	–	–	187.360	–	(187.360)	–
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>3.175.816</b>	<b>143.356</b>	<b>1.231.722</b>	<b>(22.271)</b>	<b>–</b>	<b>4.528.623</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstração do Valor Adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)**

Receitas	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Distribuição do Valor Adicionado	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015			2016	2015		
Prestação de serviços	19	–	–	2.602.647	2.438.765	Pessoal e encargos:					
Receita dos serviços de construção	19	–	–	1.645.178	1.554.486	Remuneração direta	–	–	–	–	–
Outras receitas	–	–	–	234.505	54.198	Benefícios	68	129	44.441	51.121	61.626
<b>Receitas</b>		<b>194.030</b>	<b>–</b>	<b>4.482.330</b>	<b>4.047.449</b>	FGTS	178	150	14.030	15.045	15.045
<b>Insunhos Adquiridos de Terceiros</b>						Impostos, taxas e contribuições:					
Custo dos serviços prestados	–	–	–	(286.707)	(317.550)	Federais	57.432	1.762	256.980	222.254	222.254
Custo dos serviços de construção	20	–	–	(1.645.178)	(1.554.486)	Estaduais	3	3	28	135	135
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	–	–	–	(131.339)	(69.626)	Municipais	–	–	131.759	124.062	124.062
Custo da concessão	–	–	–	(99.003)	(115.290)	Outros	–	–	–	–	11.932
Custos de provisão de manutenção em rodovias	20	–	–	(203.961)	(196.823)	Remuneração de capitais de terceiros:					
Outros	–	–	–	(74.696)	(54.997)	Juros	189.547	82.387	630.940	550.817	550.817
<b>Insunhos Adquiridos de Terceiros</b>		<b>(2.586)</b>	<b>–</b>	<b>(1.313.339)</b>	<b>(69.626)</b>	Juros capitalizados	–	–	116.018	130.502	130.502
Valor Adicionado Bruto	–	–	–	2.041							



ser até 19 de junho de 2019.

A Centrovias assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

- Na SP 225 – Rodovias Engenheiro Paulo Nilo Romano e Comandante João Ribeiro de Barros;
- Implantação da 2a pista no trecho compreendido entre o km 91 + 429 e o km 177 + 400;
- Implantação da 2a pista no trecho compreendido entre o km 183 + 850 e o km 235 + 040.

**Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. ("Intervias")**

A Intervias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Araras, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 168, Pista Sul. Foi constituída em 28 de maio de 1999, iniciando suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o DER/SP nº 19/CIC/98, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411, de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de Itapira, Mogi-Mirim, Limeira, Piracicaba, Conchal, Araras, Rio Claro, Casa Branca, Porto Ferreira e São Carlos – Lote 6, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, dos serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 14/06, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante prorrogação do prazo de concessão por mais 95 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 16 de janeiro de 2028.

Em decorrência da deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, no uso de suas atribuições legais, aprovou a inclusão no cronograma físico – financeiro do contrato de concessão, a implantação de marginais e dispositivo de retorno no distrito industrial de Itapira – KM 46+250 – Leste/Oeste. O reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da referida inclusão, apurado de acordo com a metodologia de fluxo de caixa marginal, foi de R\$1.053, em valor presente líquido. O prazo estimado de prorrogação contratual para a recomposição do desequilíbrio é de dois meses e quinze dias, passando o período de exploração da concessão a ser até 01 de abril de 2028.

A Intervias assumiu originalmente compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

- Na SP 147 – Rodovia Engenheiro João Tosello
- Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 41,36 e o km 54 e entre o km 62,45 e o km 106,32.

**Na SP 191 – Rodovia Wilson Finardi**

- Duplicação da rodovia no trecho compreendido do km 43,8 ao km 44,9, do km 45,6 ao km 46,9 e do km 49,7 ao km 74,72.

**Na SP 352 – Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira**

- Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 162,45 e o km 185,17.

**Na SP 165/330 – Rodovia Anhanguera – Contorno Rodoviário de Araras**

- De acordo com o Termo Aditivo e Modificativo nº 06/02 e 3ª readequação do cronograma de obras de 08/10/2002, foram construídos um trecho de 4,67 quilômetros de rodovia, denominada Contorno Rodoviário de Araras, na SP 165/330, partindo do Km 165.225 da SP 330 – Rodovia Anhanguera até o Km 42.300 da SP 191 – Rodovia Wilson Finardi.

**Vianorte S.A. ("Vianorte")**

A Vianorte é uma sociedade por ações domiciliada no município de Sertãozinho, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Atílio Balbo, km 327,5. Iniciou suas operações em 6 de março de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o DER/SP nº 009/CIC/97 – Lote 05, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até março de 2018, a exploração do sistema rodoviário constituído pela SP 330 Rodovia Anhanguera, SP 322 Rodovia Atílio Balbo/Rodovia Armando Salles de Oliveira, SP 328 Rodovia Alexandre Balbo/Contorno Norte de Ribeirão Preto e SP 325/322 – Avenida dos Bandeirantes.

Por meio do Termo Aditivo e modificativo nº 15/14 de 16 de janeiro de 2015, foi autorizado pela ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante a prorrogação do prazo de concessão estimado em mais dezessete dias sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 23 de março de 2018. Este prazo poderá ser prorrogado ou reduzido por intermédio de processo administrativo próprio, que deverá ser concluído antes do início de vigência do prazo mencionado, nos termos da Resolução ARTESP/1, de 25 de março de 2013.

A Vianorte assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

- SP 322 Rodovia Atílio Balbo/Rodovia Armando Salles de Oliveira
- Duplicação do trecho entre o km 343 + 500 e o km 390 + 500 – Sertãozinho/ Bebedouro;
- Duplicação do trecho entre o km 307 + 500 e o km 325 + 910 – Contorno Viário Sul;
- Construção de dispositivos de acessos/retornos;
- Construção de passarelas entre o km 334 + 860 e o km 337 + 790 – Sertãozinho;
- Construção de marginais entre o km 333 + 160 e o km 343 + 480;
- Ampliação de dispositivo com a SP 325/322 no km 325 + 910 (entroncamento);
- Construção da transposição sobre o Córrego Santa Eliza no km 345 + 100.

**SP 328 Rodovia Alexandre Balbo**

- Duplicação do trecho entre o km 323+130 ao km 337+010;
- Construção de dispositivos nos km 326+220/330+720/334+710/335+160 – passagem superior (PSU).

**SP 330 Rodovia Anhanguera**

- Construção de passarela no km 380 – São Joaquim da Barra;
- Construção do posto de suporte ao usuário em Orfândia no km 366 + 150;
- Construção do dispositivo com Avenida Lara Nilza Raffaini Cação no km 319 + 650.

**SP 325/322 – Avenida dos Bandeirantes – Ribeirão Preto**

- Construção de passarela km 8 + 550;
- Construção de galeria de aço km 6 + 400;
- Construção de dispositivo km 8 + 300.

Em decorrência dos contratos de concessão, as concessionárias estaduais reconheceram o direito de uso e exploração, registrado no ativo intangível como direito de outorga, tendo como contrapartida o passivo na rubrica "Credores pela concessão", conforme mencionado nas notas explicativas nº 11 e nº 16, respectivamente.

Conforme estabelecido nos contratos de concessão e nos termos aditivos e modificativos subsequentes dessas concessionárias, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ocorrida até 31 de maio.

Em relação às concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias, ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos.

As concessionárias terão direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

As concessionárias estaduais estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos contratos de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados:

	2016				
	Autovias	Centrovias	Intervias	Vianorte	Total
Natureza dos custos	Previsão de 2017 a 2019	Previsão de 2017 a 2019	Previsão de 2017 a 2019	Previsão de 2017 a 2019	Total
Melhorias na infraestrutura	141.387	30.383	325.051	10.561	507.383
Conserva especial	208.896	44.160	118.894	80.460	452.410
	350.284	74.543	443.945	91.020	959.792

	2015				
	Autovias	Centrovias	Intervias	Vianorte	Total
Natureza dos custos	Previsão de 2016 a 2019	Previsão de 2016 a 2019	Previsão de 2016 a 2019	Previsão de 2016 a 2019	Total
Melhorias na infraestrutura	1.01.927	2.059	388.864	3.959	496.809
Conserva especial	169.238	82.712	194.890	54.339	501.179
	271.165	84.771	583.754	58.298	997.988

As concessionárias estaduais vêm negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de dezembro de 2016 estas obras estão estimadas em R\$82.589, as quais não estão incluídas no quadro acima. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos.

A segregação das estimativas de investimentos foi elaborada conforme mencionado na nota explicativa nº 3 "Momento de reconhecimento do ativo intangível".

As concessionárias estaduais, independentemente da manutenção e conservação necessárias para manter o nível de serviços adequado durante o período de concessão, deverão devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos adicionais das estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse período, subsequente à devolução, não deverá ocorrer à necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras de arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias.

**Concessionárias Federais**

**Autopista Planalto Sul S.A. ("Planalto Sul")**

A Planalto Sul é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, situada na Avenida Afonso Petschov, 4.040 – Bairro Industrial. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-116/PP/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT" ou "Poder Concedente"), precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Planalto Sul está em plena operação desde 12 de fevereiro de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 134-PR. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 25,4 km de duplicação de rodovia;
- 48,3 km de terceira faixa;
- 10,2 km de vias laterais;
- Construção de 9 passarelas;
- Construção de 5 praças de pedágio;
- Construção de 9 bases de serviços operacionais – BSO's;
- Implantação e reforma de postos de pesagem;
- Recuperação e manutenção de toda a extensão da rodovia.

**Autopista Fluminense S.A. ("Fluminense")**

A Fluminense é uma sociedade por ações, domiciliada no município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, na Avenida São Gonçalo, 100 – Unidade 101. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa RJ/ES – Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 05, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/2007, publicado pela ANTT, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Fluminense está em plena operação desde 31 de agosto de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-101/km 252-RJ. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 176,6 km de duplicação da rodovia;
- 3,8 km de vias laterais;
- 28,3 km de variantes e contornos;
- Construção de 17 passarelas;
- Construção de 5 praças de pedágio;
- Construção de 9 bases de serviços operacionais – BSO's;
- Implantação e reforma de postos de pesagem;
- Recuperação e manutenção de toda a extensão da rodovia.

**Autopista Fernão Dias S.A. ("Fernão Dias")**

A Fernão Dias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, Brasil, situada na Rodovia BR-381, km 850,5, Pista Norte. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-381-MG/SP, compreendendo o trecho entre Belo Horizonte e São Paulo, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 05, em conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado pela ANTT, pelo prazo de 25 anos, contado a partir de 15 de fevereiro de 2008, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Fernão Dias está em plena operação desde 9 de setembro de 2010, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-381/km 65-SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 88 km de terceira faixa;
- 94,26 km de vias laterais;
- 8,3 km de variantes/contornos;

- Construção de 50 passarelas;
- Construção de 8 praças de pedágio;
- Construção de 12 bases de serviços operacionais – BSO's;
- Implantação e reforma de postos de pesagem;
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

**Autopista Régis Bittencourt S.A. ("Régis Bittencourt")**

A Régis Bittencourt é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Registro, no Estado de São Paulo, Brasil, na Rodovia SP 139, nº 216. Constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116-SP/PP, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela ANTT, sob forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Régis Bittencourt está em plena operação desde 18 de maio de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 542-SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30,5 km de duplicação de rodovia;
- 30 km de terceira faixa;
- 55 km de vias laterais;
- 26,4 km de variantes e contornos;
- Construção de 51 passarelas;
- Construção de 6 praças de pedágio;
- Construção de 9 bases de serviços operacionais – BSO's;
- Implantação e reforma de postos de pesagem;
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

**Autopista Litoral Sul S.A. ("Litoral Sul")**

A Litoral Sul é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Joinville, Estado de Santa Catarina, Brasil, situada na Rua Ministro Calógeras, 343. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, de conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela ANTT, pelo prazo de 25 anos, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Litoral Sul está em plena operação desde 17 de junho de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-101/km 221-SC. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30 km de terceira faixa;
- 79,7 km de vias laterais;
- 94,7 km de variantes e contornos;
- Construção de 39 passarelas;
- Construção de 5 praças de pedágio;
- Construção de 9 bases de serviços operacionais – BSO's;
- Implantação e reforma de postos de pesagem;
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido nos contratos de concessão dessas concessionárias, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de fevereiro no caso da Fluminense e da Litoral Sul e no mês de dezembro no caso da Planalto Sul, da Fernão Dias e da Régis Bittencourt, com base na variação do IPCA. Extinguindo as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos.

As concessionárias terão o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

Em decorrência dos modelos dos contratos das concessões federais serem da forma não onerosa e considerarem o menor preço de tarifa de pedágio, as concessionárias federais não pagam ao Poder Concedente, pelo direito de exploração dos lotes mencionados, nenhum ônus fixo e/ou variável.

O principal compromisso firmado pelas concessionárias federais decorrente dos contratos de concessão é o recolhimento para a ANTT da verba de fiscalização destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão ao longo de todos os prazos das concessões. Os valores nominais da verba de fiscalização são como segue:

- 30 km de terceira faixa;
- 79,7 km de vias laterais;
- 94,7 km de variantes e contornos;
- Construção de 39 passarelas;
- Construção de 5 praças de pedágio;
- Construção de 9 bases de serviços operacionais – BSO's;
- Implantação e reforma de postos de pesagem;
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido nos contratos de concessão dessas concessionárias, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de fevereiro no caso da Fluminense e da Litoral Sul e no mês de dezembro no caso da Planalto Sul, da Fernão Dias e da Régis Bittencourt, com base na variação do IPCA. Extinguindo as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos.

As concessionárias terão o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

Em decorrência dos modelos dos contratos das concessões federais serem da forma não onerosa e considerarem o menor preço de tarifa de pedágio, as concessionárias federais não pagam ao Poder Concedente, pelo direito de exploração dos lotes mencionados, nenhum ônus fixo e/ou variável.

O principal compromisso firmado pelas concessionárias federais decorrente dos contratos de concessão é o recolhimento para a ANTT da verba de fiscalização destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão ao longo de todos os prazos das concessões. Os valores nominais da verba de fiscalização são como segue:

- 30 km de terceira faixa;
- 79,7 km de vias laterais;
- 94,7 km de variantes e contornos;
- Construção de 39 passarelas;
- Construção de 5 praças de pedágio;
- Construção de 9 bases de serviços operacionais – BSO's;
- Implantação e reforma de postos de pesagem;
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido nos contratos de concessão dessas concessionárias, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de fevereiro no caso da Fluminense e da Litoral Sul e no mês de dezembro no caso da Planalto Sul, da Fernão Dias e da Régis Bittencourt, com base na variação do IPCA. Extinguindo as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos.

As concessionárias terão o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

Em decorrência dos modelos dos contratos das concessões federais serem da forma não onerosa e considerarem o menor preço de tarifa de pedágio, as concessionárias federais não pagam ao Poder Concedente, pelo direito de exploração dos lotes mencionados, nenhum ônus fixo e/ou variável.

O principal compromisso firmado pelas concessionárias federais decorrente dos contratos de concessão é o recolhimento para a ANTT da verba de fiscalização destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão ao longo de todos os prazos das concessões. Os valores nominais da verba de fiscalização são como segue:

- 30 km de terceira faixa;
- 79,7 km de vias laterais;
- 94,7 km de variantes e contornos;
- Construção de 39 passarelas;
- Construção de 5 praças de pedágio;
- Construção de 9 bases de serviços operacionais – BSO's;
- Implantação e reforma de postos de pesagem;
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido nos contratos de concessão dessas concessionárias, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de fevereiro no caso da Fluminense e da Litoral Sul e no mês de dezembro no caso da Planalto Sul, da Fernão Dias e da Régis Bittencourt, com base na variação do IPCA. Extinguindo as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos.

As concessionárias terão o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

Em decorrência dos modelos dos contratos das concessões federais serem da forma não onerosa e considerarem o menor preço de tarifa de pedágio, as concessionárias federais não pagam ao Poder Concedente, pelo direito de exploração dos lotes mencionados, nenhum ônus fixo e/ou variável.

O principal compromisso firmado pelas concessionárias federais decorrente dos contratos de concessão é o recolhimento para a ANTT da verba de fiscalização destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão ao longo de todos os prazos das concessões. Os valores nominais da verba de fiscalização são como segue:

- 30 km de terceira faixa;
- 79,7 km de vias laterais;
- 94,7 km de variantes e contornos;
- Construção de 39 passarelas;
- Construção de 5 praças de pedágio;
- Construção de 9 bases de serviços operacionais – BSO's;
- Implantação e reforma de postos de pesagem;
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido nos contratos de concessão dessas concessionárias, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de fevereiro no caso da Fluminense e da Litoral Sul e no mês de dezembro no caso da Planalto Sul, da Fernão Dias e da Régis Bittencourt, com base na variação do IPCA. Extinguindo as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos.

As concessionárias terão o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

Em decorrência dos modelos dos contratos das concessões federais serem da forma não onerosa e considerarem o menor preço de tarifa de pedágio, as concessionárias federais não pagam ao Poder Concedente, pelo direito de exploração dos lotes mencionados, nenhum ônus fixo e/ou variável.

O principal compromisso firmado pelas concessionárias federais decorrente dos contratos de concessão é o recolhimento para a ANTT da verba de fiscalização destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão ao longo de todos os prazos das concessões. Os valores nominais da verba de fiscalização são como segue:

- 30 km de terceira faixa;
- 79,7 km de vias laterais;
- 94,7 km de variantes e contornos;
- Construção de 39 passarelas;
- Construção de 5 praças de pedágio;
- Construção de 9 bases de serviços operacionais – BSO's;
- Implantação e reforma de postos de pesagem;
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido nos contratos de concessão dessas concessionárias, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de fevereiro no caso da Fluminense e da Litoral Sul e no mês de dezembro no caso da Planalto Sul, da Fernão Dias e da Régis Bittencourt, com base na variação do IPCA. Extinguindo as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos.

As concessionárias terão o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

Em decorrência dos modelos dos contratos das concessões federais serem da forma não onerosa e considerarem o menor preço de tarifa de pedágio, as concessionárias federais não pagam ao Poder Concedente, pelo direito de exploração dos lotes mencionados, nenhum ônus fixo e/ou variável.

O principal compromisso firmado pelas concessionárias federais decorrente dos contratos de concessão é o recolhimento para a ANTT da verba de fiscalização destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão ao longo de todos os prazos das concessões. Os valores nominais da verba de fiscalização são como segue:

- 30 km de terceira faixa;
- 79,7 km de vias laterais;
- 94,7 km de variantes e contornos;
- Construção de 39 passarelas;
- Construção de 5 praças de pedágio;
- Construção de 9 bases de serviços operacionais – BSO's;
- Implantação e reforma de postos de pesagem;
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido nos contratos de concessão dessas concessionárias, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de fevereiro no caso da Fluminense e da Litoral Sul e no mês de dezembro no caso da Planalto Sul, da Fernão Dias e da Régis Bittencourt, com base na variação do IPCA. Extinguindo as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos.

As concessionárias terão o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

Em decorrência dos modelos dos contratos das concessões federais serem da forma não onerosa e considerarem o menor preço de tarifa de pedágio, as concessionárias federais não pagam ao Poder Concedente, pelo direito de exploração dos lotes mencionados, nenhum ônus fixo e/ou variável.

O principal compromisso firmado pelas concessionárias federais decorrente dos contratos de concessão é o recolhimento para a ANTT da verba de fiscalização destinada

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

b) Depreciação  
As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 10, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão.

**4.5. Ativo diferido**  
O pronunciamento técnico CPC 43 (R1) – Adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPC 15 e CPC 41 determina que a manutenção do saldo em conta do ativo diferido somente se aplica às demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Assim, esses saldos foram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas para ajustá-las às normas internacionais (IFRS).

**4.6. Ativo intangível**  
**Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão**  
A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura das concessões estaduais, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporado ao ativo.

Os ativos que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

**4.7. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida**  
No fim de cada exercício, a Sociedade e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se basicamente de concessões, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

**4.8. Custo de empréstimos**  
Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos.

**4.9. Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos**  
O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

**Impostos correntes**  
A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada para cada empresa individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

**Impostos diferidos**  
O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, e partindo da estimativa da Sociedade de lucros tributáveis futuros.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, e dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis, conforme a nota explicativa nº 7.

**4.10. Provisões**  
Provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e que é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflita, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado o desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

a) Provisão para investimentos  
Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimadas para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 6,40% ao ano em 31 de dezembro de 2016 e 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2015. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

b) Provisão para manutenção  
Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A Administração revisou a taxa de desconto que passou a ser de 6,40% ao ano em 31 de dezembro de 2016 (6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2015). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco.

c) Provisão para riscos tributários, civis, regulatórios e trabalhistas  
A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais.

**4.11. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**  
Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

**4.12. Reconhecimento de receita**  
**Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção**  
A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício em que os serviços são prestados.

**Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão**  
Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

**4.13. Receitas e despesas financeiras**  
Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

**4.14. Dividendos**  
A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 18.

**4.15. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**  
Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, não sendo uma informação obrigatória pelas IFRS.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre estas, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

**4.16. Normas e interpretações novas e revisadas e emitidas**  
Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee – IFRIC, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade e suas investidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Eles serão adotados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Sociedade ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos desses novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

**4.17. Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018;**  
**(2) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019;**  
As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e do Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações fossem editadas pelo CPC e aprovadas pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória. A Administração da Sociedade não espera que essas alterações tenham efeito sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

## 5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Estão representados por:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e contas bancárias	274	140	22.467	16.105
Aplicações financeiras (*)	151.109	127.222	361.644	472.424
<b>Total</b>	<b>151.383</b>	<b>127.362</b>	<b>384.111</b>	<b>488.529</b>

(\*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição da carteira nas respectivas datas é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Certificados de Depósito Bancário – CDB	–	–	1	7.202
Debêntures compromissadas	–	–	9.887	12.614
Fundos de investimentos	151.109	127.222	351.756	452.608
<b>Total</b>	<b>151.109</b>	<b>127.222</b>	<b>361.644</b>	<b>472.424</b>

As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 97,07% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em títulos públicos federais, CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

## 6 Contas a Receber

Estão representadas por:

	2016		2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Pedágio eletrônico a receber (*)	123.166	–	133.938	–
Capotes de pedágio a receber	2.150	–	1.774	–
Cartões de pedágio a receber	5.437	–	3.883	–
Receitas acessórias a receber	20.138	2.415	13.535	7.929
Outras receitas a receber	35	235	–	235
<b>Total</b>	<b>150.926</b>	<b>2.650</b>	<b>153.130</b>	<b>8.164</b>

(\*) conforme nota explicativa nº 26 c.

A Administração da Sociedade e de suas controladas não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perda com recebíveis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015. O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio das concessionárias. Os valores dessas contas a receber estão líquidos de ajuste a valor presente conforme nota explicativa nº 4.

## 7 Imposto de Renda e Contribuição Social

(a) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal.  
A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é como segue:

	Controladora	
	2016	2015
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	279.980	140.085
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(95.193)	(47.629)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Equivalência patrimonial	69.505	66.676
Juros sobre o capital próprio	(11.845)	(10.593)
Outras diferenças permanentes	(1.496)	(8.454)
Compensação de prejuízo fiscal	10.216	–
<b>Total</b>	<b>(28.813)</b>	<b>–</b>
Impostos diferidos não constituídos	–	(19.047)
Despesa contabilizada	(28.813)	–
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(28.813)	–
Diferido	–	–
<b>Total</b>	<b>(28.813)</b>	<b>–</b>

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada

Ajustes para a alíquota efetiva:

Impostos diferidos não constituídos

Despesas de imposto de renda e contribuição social:

Correntes

Diferido

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada

Ajustes para a alíquota efetiva:

Impostos diferidos não constituídos

Despesas de imposto de renda e contribuição social:

Correntes

Diferido

Os efeitos de determinados itens na reconciliação mencionada, sobre os quais não houve reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrem de situações fiscais específicas de empresas que não atenderam às condições previstas na norma contábil para o respectivo reconhecimento do ativo fiscal diferido.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos  
Estão representados por:

	Consolidado	
	2016	2015
<b>Ativo não circulante</b>		
Bases do ativo diferido:		
Prejuízo fiscal (a)	539.450	310.886
Provisão de participação nos lucros	18.865	14.880
Riscos civis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	66.735	13.485
Provisão para manutenção de rodovias	598.943	531.755
Amortização acumulada de obras futuras	4.082	708
Outras diferenças temporárias	44.859	34.674
Diferido gastos pré operacionais (federais)	30.785	45.272
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis – adoção Lei 12.973/14 (d)	–	–
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	62.654	62.654
Amortização dos ajustes – mudança de práticas contábeis	(46.416)	(32.908)
Base de cálculo ativa	1.319.957	981.406
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<b>448.785</b>	<b>333.678</b>
Bases do passivo diferido:		
Direito de concessão incorporado (c)	(15.622)	(17.387)
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	(4.855)	(5.227)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis – adoção Lei 12.973/14 (d)	–	–
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(274.948)	(215.928)
Amortização dos ajustes – mudança de práticas contábeis	30.112	11.814
Base de cálculo passiva	(265.313)	(226.728)
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	<b>(90.207)</b>	<b>(77.088)</b>
Base de cálculo	1.054.644	754.678
Alíquota nominal combinada	34%	34%
<b>Total do imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>358.579</b>	<b>256.591</b>
<b>Passivo não circulante</b>		
Bases do ativo diferido:		
Prejuízo fiscal (a)	37.040	51.544
Provisão de participação nos lucros	2.681	5.028
Riscos civis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	5.685	3.565
Provisão para manutenção de rodovias	84.413	99.130
Amortização acumulada de obras futuras	86	3.547
Outras diferenças temporárias	(328)	8.740
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis – adoção Lei 12.973/14 (d)	–	–
Estorno de capitalização de juros	34	34
Base de cálculo ativa	129.611	171.588
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<b>44.068</b>	<b>58.340</b>
Bases do passivo diferido:		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis – adoção Lei 12.973/14 (d)	–	–
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(318.245)	(377.265)
Amortização dos ajustes – mudança de práticas contábeis	35.034	20.764
Base de cálculo passiva	(283.211)	(356.501)
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	<b>(96.292)</b>	<b>(121.210)</b>
Base de cálculo	(153.600)	(184.913)
Alíquota nominal combinada	34%	34%
<b>Total do imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>(52.224)</b>	<b>(62.870)</b>

(a) Refere-se a prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros das concessionárias Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt, Litoral Sul e Latina Manutenção.

## 10 Imobilizado

A movimentação é como segue:

	Móveis e Utensílios		Computadores e Periféricos		Veículos		Instalações, Edifícios e Dependências		Máquinas e Equipamentos		Outras Imobilizações		Imobilizado em Andamento		Total
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	
Saldo em 31.12.2014	3.375	–	–	–	–	–	7.356	–	586	–	–	3.048	–	14.365	
Adições	43	–	–	–	–	–	56	–	–	–	2.222	–	–	2.321	
Saldo em 31.12.2015	3.418	–	–	–	–	–	7.412	–	586	–	5.270	–	–	16.686	
Adições	–	–	78	–	–	–	–	–	–	495	–	–	–	839	
Transferências/Reclassificações	(1.402)	–	2.968	–	768	–	1.133	–	–	492	(3.955)	–	(4)	–	
Alienações/baixas	(3)	–	(1)	–	(80)	–	–	–	–	–	–	–	–	(84)	
Saldo em 31.12.2016	2.013	–	3.045	–	688	–	8.545	–	586	987	1.315	–	262	17.441	
<b>Depreciação acumulada</b>															
Saldo em 31.12.2014	(1.628)	–	–	–	–	–	(1.966)	–	–	–	(1.598)	–	–	(5.192)	
Depreciações	(277)	–	–	–	–	–	(1.255)	–	–	–	(341)	–	–	(1.873)	
Saldo em 31.12.2015	(1.905)	–	–	–	–	–	(3.221)	–	–	–	(1.939)	–	–	(7.065)	
Depreciações	(165)	–	(155)	–	(131)	–	(1.207)	–	–	–	(122)	–	–	(1.854)	
Transferências/Reclassificações	839	–	(1.264)	–	(537)	–	(559)	–	–	–	1.683	–	–	–	
Alienações/baixas	3	–	–	–	79	–	–	–	–	–	–	–	–	82	
Saldo em 31.12.2016	(1.228)	–	(1.419)	–	(589)	–	(4.987)	–	–	(236)					



... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Custo do imobilizado	Consolidado							Total
	Móveis e Utensílios	Computadores e Periféricos	Veículos	Instalações, Edifícios e Dependências	Terrenos	Máquinas e Equipamentos	Outras Imobilizações	
Saldo em 31.12.2014	16.433	8.291	22.436	14.312	586	33.262	4.120	110.665
Adições	1.014	1.309	576	1.007	–	2.079	2.230	15.499
Transferências/Reclassificações	(35)	22	(1.212)	8.972	–	7.607	(749)	(2.797)
Alienações/baixas	(906)	(98)	(986)	(4)	–	(399)	–	(1.899)
Saldo em 31.12.2015	17.106	9.527	20.914	24.287	586	42.549	5.601	121.877
Adições	4.745	1.933	2.960	168	–	4.471	71	11.005
Transferências/Reclassificações	(1.423)	2.981	1.015	2.415	–	1.078	(3.955)	(1.286)
Alienações/baixas	(97)	(50)	(558)	–	–	(426)	–	(91)
Saldo em 31.12.2016	20.331	4.864	24.331	26.870	586	47.672	1.717	835
<b>Depreciação acumulada</b>								
Saldo em 31.12.2014	(9.514)	(5.862)	(12.962)	(4.261)	–	(14.494)	(2.086)	(49.179)
Depreciações	(1.637)	(836)	(2.380)	(2.245)	–	(3.962)	(366)	(11.426)
Transferências/Reclassificações	59	7	66	53	–	(399)	449	235
Alienações/baixas	217	77	518	2	–	293	–	1.107
Saldo em 31.12.2015	(10.875)	(6.614)	(14.758)	(6.451)	–	(18.562)	(2.003)	(59.263)
Depreciações	(2.128)	(1.348)	(2.210)	(4.086)	–	(4.652)	(156)	(14.580)
Transferências/Reclassificações	845	(1.264)	(543)	(559)	–	(163)	1.683	(1)
Alienações/baixas	62	39	477	–	–	131	–	709
Saldo em 31.12.2016	(12.096)	(9.187)	(17.034)	(11.096)	–	(23.246)	(476)	(73.135)
<b>Imobilizado líquido</b>								
Saldo em 31.12.2014	6.231	2.913	6.156	17.836	586	23.987	3.598	1.107
Saldo em 31.12.2015	8.235	(4.323)	7.297	15.774	586	24.426	1.241	835
Taxas de depreciação – a.a.	11%	20%	19%	10%	–	11%	29%	–

**11 Intangível**

A movimentação é como segue:

Custo do intangível	Controladora		Total
	Softwares	Intangível em andamento	
Saldo em 31.12.2014	1.752	8.675	10.427
Adições	100	11.873	11.973
Transferências/Reclassificações	–	(1)	(1)
Saldo em 31.12.2015	1.852	20.547	22.399
Adições	144	17.381	17.525
Transferências/Reclassificações	21.253	(21.253)	–
Alienações/baixas	–	(2.612)	(2.612)
Saldo em 31.12.2016	23.249	14.063	37.312

Custo do intangível	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Direito de exploração (d)	Software	Intangível em andamento (e)	Adiantamento fornecedores	Total
Saldo em 31.12.2014	7.394.219	351.939	130.144	9.997	23.643	1.829.567	1.654	9.741.163
Adições	401.454	–	–	2.944	2.772	1.350.200	(502)	1.756.868
Transferências/Reclassificações	469.090	–	–	–	485	(466.796)	(39)	2.740
Alienações/baixas	(12.927)	–	–	–	(130)	(3.969)	(656)	(17.682)
Saldo em 31.12.2015	8.251.836	351.939	130.144	12.941	26.770	2.709.002	457	11.483.089
Adições	646.850	–	–	4.393	1.137.785	58.484	(54.041)	1.847.512
Transferências/Reclassificações	1.347.573	–	–	–	21.258	(1.315.463)	–	(673)
Alienações/baixas	(6.106)	–	–	–	(5)	(3.562)	–	(9.673)
Saldo em 31.12.2016	10.240.153	351.939	130.144	12.941	52.416	2.527.762	4.900	13.320.255
<b>Amortização acumulada</b>								
Saldo em 31.12.2014	(2.007.342)	(247.683)	(72.070)	(4.633)	(13.806)	–	–	(2.345.534)
Amortizações	(463.324)	(33.907)	(11.489)	(1.754)	(2.706)	–	–	(513.180)
Transferências/Reclassificações	62	–	–	–	(178)	–	–	(116)
Alienações/baixas	2.481	309	–	–	–	–	–	2.790
Saldo em 31.12.2015	(2.468.123)	(281.281)	(83.559)	(6.387)	(16.687)	–	–	(2.856.037)
Amortizações	(546.832)	(25.855)	(11.491)	(1.864)	(7.939)	–	–	(593.981)
Transferências/Reclassificações	(69)	–	–	–	(83)	–	–	(152)
Alienações/baixas	1.018	–	–	–	4	–	–	1.022
Saldo em 31.12.2016	(3.014.006)	(307.136)	(95.050)	(8.251)	(24.705)	–	–	(3.449.148)
<b>Imobilizado líquido</b>								
Saldo em 31.12.2014	5.783.713	70.658	46.585	6.554	10.083	2.709.002	457	8.627.052
Saldo em 31.12.2015	7.226.147	44.803	35.094	4.690	27.711	2.527.762	4.900	9.871.107
Taxas de amortização – a.a.	8%	7%	10%	7%	18%	–	–	–

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade capitalizou o montante de R\$222.422 (R\$174.759 em 31 de dezembro de 2015) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em 2016 foi de 5,24% ao ano e 4,22% ao ano em 2015. A Administração preparou as projeções de fluxo de caixa descontado para cada uma das concessionárias do grupo e concluiu que não há necessidade de provisão para impairment dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015. (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o prazo final da concessão. (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 16. (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, antiga controladora da Autovias e Centrovias. Esse valor está sendo amortizado linearmente até o final do período da concessão. (d) Refere-se a valor assumido para exploração de granito e gnaiss e a serem utilizados em obras de infraestrutura de sociedades pertencentes ao Grupo Arteris e instalação e guarda de equipamentos para a realização das obras. (e) Refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outras obras.

Amortização acumulada	Controladora		Total
	Softwares	Intangível em andamento	
Saldo em 31.12.2014	–	(1.036)	(1.036)
Amortizações	(251)	–	(251)
Saldo em 31.12.2015	(1.287)	–	(1.287)
Amortizações	(4.470)	–	(4.470)
Saldo em 31.12.2016	(5.757)	–	(5.757)
<b>Imobilizado líquido</b>			
Saldo em 31.12.2015	565	20.547	21.112
Saldo em 31.12.2016	17.492	14.063	31.555
Taxas de amortização – a.a.	20%	–	–

Custo do intangível	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Direito de exploração (d)	Software	Intangível em andamento (e)	Adiantamento fornecedores	Total
Saldo em 31.12.2014	7.394.219	351.939	130.144	9.997	23.643	1.829.567	1.654	9.741.163
Adições	401.454	–	–	2.944	2.772	1.350.200	(502)	1.756.868
Transferências/Reclassificações	469.090	–	–	–	485	(466.796)	(39)	2.740
Alienações/baixas	(12.927)	–	–	–	(130)	(3.969)	(656)	(17.682)
Saldo em 31.12.2015	8.251.836	351.939	130.144	12.941	26.770	2.709.002	457	11.483.089
Adições	646.850	–	–	4.393	1.137.785	58.484	(54.041)	1.847.512
Transferências/Reclassificações	1.347.573	–	–	–	21.258	(1.315.463)	–	(673)
Alienações/baixas	(6.106)	–	–	–	(5)	(3.562)	–	(9.673)
Saldo em 31.12.2016	10.240.153	351.939	130.144	12.941	52.416	2.527.762	4.900	13.320.255
<b>Amortização acumulada</b>								
Saldo em 31.12.2014	(2.007.342)	(247.683)	(72.070)	(4.633)	(13.806)	–	–	(2.345.534)
Amortizações	(463.324)	(33.907)	(11.489)	(1.754)	(2.706)	–	–	(513.180)
Transferências/Reclassificações	62	–	–	–	(178)	–	–	(116)
Alienações/baixas	2.481	309	–	–	–	–	–	2.790
Saldo em 31.12.2015	(2.468.123)	(281.281)	(83.559)	(6.387)	(16.687)	–	–	(2.856.037)
Amortizações	(546.832)	(25.855)	(11.491)	(1.864)	(7.939)	–	–	(593.981)
Transferências/Reclassificações	(69)	–	–	–	(83)	–	–	(152)
Alienações/baixas	1.018	–	–	–	4	–	–	1.022
Saldo em 31.12.2016	(3.014.006)	(307.136)	(95.050)	(8.251)	(24.705)	–	–	(3.449.148)
<b>Imobilizado líquido</b>								
Saldo em 31.12.2014	5.783.713	70.658	46.585	6.554	10.083	2.709.002	457	8.627.052
Saldo em 31.12.2015	7.226.147	44.803	35.094	4.690	27.711	2.527.762	4.900	9.871.107
Taxas de amortização – a.a.	8%	7%	10%	7%	18%	–	–	–

**12 Empréstimos e Financiamentos**

O saldo de empréstimos da controladora está representado por: Em 31 de dezembro de 2016 o saldo de R\$163.809 no passivo circulante refere-se a empréstimo para capital de giro conforme descrito no item "e" dessa nota explicativa. Os saldos de empréstimos do consolidado estão representados por:

Moeda local	2016		2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Capital de giro (d)	5.425	–	5.919	4.927
Financiamento de equipamentos – (FINAME) (b)	235	351	377	584
Financiamento de veículos – (FINAME) (b)	1.041	–	1.284	1.037
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	277.374	2.850.205	228.700	2.893.438
Risco sacado (f)	13.676	–	–	–
Leasing (c)	–	–	174	–
<b>Total</b>	<b>297.751</b>	<b>2.850.556</b>	<b>236.462</b>	<b>2.899.986</b>
<b>Moeda estrangeira</b>				
Capital de giro (e)	163.809	–	–	–
	163.809	–	–	–
<b>Total</b>	<b>461.560</b>	<b>2.850.556</b>	<b>236.462</b>	<b>2.899.986</b>
Custo de transação	(2.498)	(18.787)	(1.966)	(14.298)
<b>Total</b>	<b>459.062</b>	<b>2.831.769</b>	<b>234.496</b>	<b>2.885.688</b>

Referência	Moeda	Modalidade	Sociedade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	2016		2015	
							Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
(e)	US\$	Capital de giro	Arteris	Var. cambial + 3,89% a.a.	ago/17	N/A	163.809	–	–	–
(d)	Real	Capital de giro	Latina Manutenção	112,5% CDI	mai/17	Aval do acionista	208	–	–	208
							789.347	–	–	223
(b)	Real	Financiamento de equipamentos	Fernão Dias	6% a.a.	jun/19	Próprio bem	586	820	–	–
(b)	Real	Financiamento de equipamentos	Latina Manutenção	TJLP + 4,5% a.a.	mar/16	Próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias	–	141	–	–
							586	961	–	–
(b)	Real	Financiamento de veículos	Autovias	6% a.a.	out/17	Próprio bem	356	783	–	–
(b)	Real	Financiamento de veículos	Centrovias	6% a.a.	out/17	Próprio bem	356	783	–	–
(b)	Real	Financiamento de veículos	Vianorte	6% a.a.	nov/17	Próprio bem	329	755	–	–
							1.041	2.321	–	–
(a)	Real	Financ. de investimentos (BNDES)	Planalto Sul	TJLP + 2,58% a.a.	dez/25	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	274.253	292.130	–	–
(a)	Real	Financ. de investimentos (BNDES)	Planalto Sul	TJLP + 2,62% a.a.	mar/27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	40.618	34.987	–	–
(a)	Real	Financ. de investimentos (BNDES)	Planalto Sul	IPCA + 8,99% a.a.	jan/27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	24.718	16.363	–	–
(a)	Real	Financ. de investimentos (BNDES)	Planalto Sul	TJLP + 2,45% a.a.	nov/24	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	240	–	–	–
(a)	Real	Financ. de investimentos (BNDES)	Fluminense	TJLP + 2,45% a.a.						

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

2,0% ao ano, com vencimento do principal e juros previsto para setembro de 2017. (k) Refere-se a empréstimo celebrado em 11 de novembro de 2016, com taxa de juros equivalente a 14,90% ao ano, com vencimento dos juros trimestralmente e o principal em junho de 2017. No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade reconheceu os montantes de R\$4.615 (R\$5.112 em 31 de dezembro de 2015) na Controladora, já descontado o rateio de despesas efetuado pela Arteris, e R\$20.268 (R\$20.616 em 31 de dezembro de 2015) no Consolidado, a título de remuneração de seus administradores. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas controladas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos. A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos em até R\$14.700, para a Controladora e R\$25.700 para o Consolidado. Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade e suas controladas com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

#### 15 Benefícios a Empregados

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Programa de participação nos Resultados (PPR) registrados em 31 de dezembro de 2016, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$8.292 na Controladora (R\$5.783 em 31 de dezembro de 2015) e R\$29.838 no consolidado (R\$27.714 em 31 de dezembro de 2015). Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa. O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade. A Sociedade e suas controladas prevê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos. Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade e suas controladas com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

#### 16 Credores pela Concessão

Referem-se aos valores dos ônus das concessões obtidas pelas controladas Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte, devidos ao DER/SP pela outorga das concessões estaduais, ajustados a valor presente. Os valores dos ônus das concessões serão liquidados em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998 pela Autovias, em junho de 1998 pela Centrovias, em fevereiro de 2000 pela Intervias e em março de 1998 pela Vianorte. Os montantes são reajustados pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento foi efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês. Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

	Valor presente		Valor real em (*)	
	2016	2015	2016	2015
<b>Circulante</b>				
Autovias	8.935	8.191	9.175	8.413
Parcela variável (a)	476	443	476	443
Centrovias	13.369	12.255	13.728	12.587
Parcela variável (a)	499	490	499	490
Intervias	8.319	7.626	8.543	7.833
Parcela variável (a) (b)	671	624	671	624
Vianorte	54.237	49.718	55.694	51.064
Parcela variável (a)	455	418	455	418
<b>Total</b>	<b>86.961</b>	<b>79.765</b>	<b>89.241</b>	<b>81.872</b>
<b>Não circulante</b>				
Autovias	5.802	13.211	6.204	14.472
Centrovias	5.459	16.903	5.802	18.406
Intervias	16.314	21.997	18.052	24.928
Vianorte	8.912	56.815	9.415	61.494
<b>Total</b>	<b>36.487</b>	<b>108.926</b>	<b>39.473</b>	<b>119.300</b>

(\*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do exercício, inseridos somente como informação adicional. (a) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta de pedágio mensal. Em 14 de dezembro de 2013, o conselho diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da concessionária). (b) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta mensal de pedágio e 25% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. A quantidade de parcelas a partir de 31 de dezembro de 2016 está assim representada:

	Parcelas		Total
	Circulante	Não circulante	
Autovias	12	8	20
Centrovias	12	5	17
Intervias	12	25	37
Vianorte	12	2	14

Os valores pagos pelas controladas da Sociedade no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 ao Poder Concedente estão assim representados:

	2016		
	Fixa	Variável	Valor pago
Autovias	8.591	5.256	13.847
Centrovias	12.856	5.638	18.494
Intervias	8.001	7.628	15.629
Vianorte	52.159	4.961	57.120
<b>Total</b>	<b>81.607</b>	<b>23.483</b>	<b>105.090</b>
	2015		
	Fixa	Variável	Valor pago
Autovias	7.980	5.185	13.165
Centrovias	11.940	5.589	17.529
Intervias	7.430	7.181	14.611
Vianorte	48.443	4.852	53.295
<b>Total</b>	<b>75.793</b>	<b>22.807</b>	<b>98.600</b>

Em 31 de dezembro de 2016, as parcelas relativas ao valor real classificadas no passivo não circulante apresentavam a seguinte composição:

ANO DE VENCIMENTO	2017	2018	2019
	8.038	27.828	621
<b>Total</b>	<b>36.487</b>		

#### 17 Provisões

Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios. A Sociedade e suas controladas têm reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas e regulatórios. A Administração constitui, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade e de suas controladas. A movimentação dos saldos individuais e consolidado dos riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é conforme segue:

	Controladora			2016
	2015	Adições	Encargos	
Trabalhistas	222	-	9	231
Fiscal	-	177	-	177
<b>Total</b>	<b>222</b>	<b>177</b>	<b>9</b>	<b>408</b>
	Controladora			2015
	2014	Adições	Encargos	
Trabalhistas	-	222	-	222
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>222</b>	<b>-</b>	<b>222</b>
	Consolidado			
	2015	Adições	Reversões	Encargos
Cíveis (b)	8.377	26.084	(4.216)	22.692
Trabalhistas	9.140	9.054	(3.740)	12.018
Regulatório (a)	-	38.186	-	38.186
Fiscal	-	177	-	177
<b>Total</b>	<b>17.517</b>	<b>73.501</b>	<b>(7.956)</b>	<b>73.073</b>
	Consolidado			
	2014	Adições	Reversões	Encargos
Cíveis	7.483	8.624	(4.434)	38
Trabalhistas	7.715	5.537	(3.528)	(38)
<b>Total</b>	<b>15.198</b>	<b>14.161</b>	<b>(7.962)</b>	<b>17.517</b>

(a) As concessionárias federais são parte em processos regulatórios administrativos movidos pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Periodicamente as concessionárias realizam revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Na última revisão realizada pelos assessores jurídicos da Sociedade houve mudança do prognóstico em decorrência de alterações circunstanciais atreladas aos processos sancionatórios, para os quais a Sociedade entende ser necessária a constituição de provisão. Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$38.186. Existem ainda outros processos com a ANTT cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos da Sociedade e que totalizam R\$17.358. (b) Em 2016 a Sociedade provisionou processos prováveis cíveis e trabalhistas, sendo que o principal se refere ao desarquivamento do processo junto ao Município de Sales de Oliveira, de Ação Cautelar Inominada em face da Vianorte para impedir o fechamento de variante do KM 348 da SP 330, por conta da edição de novos atos administrativos que totalizou o valor de R\$11.701. Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas são parte em processos cíveis, trabalhistas e fiscais, ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$17.294 em 31 de dezembro de 2016 (R\$17.432 em 31 de dezembro de 2015). Os depósitos judiciais nos montantes de R\$6.266 e R\$129.475, na controladora e no consolidado, respectivamente em 31 de dezembro de 2016 (R\$6.266 e R\$111.437 respectivamente em 31 de dezembro de 2015), classificados no ativo não circulante, referem-se, nas controladas, as discussões judiciais para as quais não há provisão registrada. O saldo de R\$ 129.475 de depósitos judiciais no consolidado é composto da seguinte forma: R\$76.906 referentes a indenizações para desapropriações de obras nas concessionárias federais, R\$38.537 referentes a ações das concessionárias federais em face da ANTT, com o objetivo de anular autos de infração impostos pela agência, e R\$14.032 referente a depósitos, de naturezas diversas, das concessionárias estaduais e da controladora.

Provisão para manutenção e investimentos: A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldos em 31.12.2015	56.711	173.524	63.604	457.361
Adições/Reversões (*)	(25.382)	13.460	(13.622)	190.501
Utilizações	(10.183)	(193.805)	-	-
Ajuste a valor presente	(2.409)	-	(2.866)	42.315
Transferências	45.102	339.724	(45.102)	(339.724)
<b>Saldo em 31.12.2016</b>	<b>63.749</b>	<b>332.903</b>	<b>2.014</b>	<b>350.453</b>

	Circulante		Consolidado	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldos em 31.12.2014	98.279	95.257	26.120	443.244
Adições/Reversões	(276)	-	1.008	172.802
Utilizações	(4.138)	(122.591)	-	-
Ajuste a valor presente	(2.643)	-	1.965	42.173
Transferências	(34.511)	200.858	34.511	(200.858)
<b>Saldos em 31.12.2015</b>	<b>56.711</b>	<b>173.524</b>	<b>63.604</b>	<b>457.361</b>

(\*) Referem-se à reversões de provisão de investimentos futuros das concessionárias federais, referente a revisão de valores do plano de exploração de rodovia – "PER", onde algumas obras foram retiradas do plano, conforme determinado em ofícios expedidos pela ANTT. Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, referente às manutenções realizadas, foram de R\$176.815. Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, referente às manutenções realizadas, foram de R\$176.815 (R\$144.077 em 31 de dezembro de 2015).

#### 18 Patrimônio Líquido

Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2016 é de R\$3.175.816 (R\$1.033.198 em 31 de dezembro de 2015) e está representado por 551.519,068 (344.444,440 em 31 de dezembro de 2015) ações ordinárias sem valor nominal. A movimentação de quantidade de ações e capital social da Sociedade estão demonstradas a seguir:

	Quantidade de ações	Capital social
Saldo em 31 de dezembro de 2015	344.444.440	1.033.198
Aumento de capital em 29 de abril de 2016	-	49.905
Cancelamento de ações em 15 de setembro de 2016	(948.574)	-
Aumento de capital em 15 de setembro de 2016	129.494.375	1.302.713
Aumento de capital em 12 de dezembro de 2016	78.528.827	790.000
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>551.519.068</b>	<b>3.175.816</b>

A Sociedade aprovou em Assembleia Ordinária e Extraordinária de 29 de abril de 2016 aumento de capital com reservas de lucros no valor de R\$49.905, sem emissão de novas ações. Em 25 de maio de 2016, o Conselho de Administração aprovou a celebração de instrumento de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFAC") entre a Sociedade e a Participes em Brazil S.A., por meio de sua subsidiária integral PDC Participações S.A., no valor de até R\$600.000, em razão das necessidades de caixa da Sociedade e suas controladas. O valor de R\$597.720 foi depositado em 2 de junho de 2016. Conforme Assembleia Ordinária e Extraordinária de 15 de setembro de 2016, foi aprovado o resgate e cancelamento de 948.574 ações ordinárias e sem valor nominal cujo pagamento efetuado contra reserva de lucros no valor de R\$10.015. Nesta mesma assembleia foi aprovado aumento de capital no valor de R\$1.302.713, com emissão de 129.494.375 novas ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, sendo R\$597.720 mediante a capitalização dos créditos decorrentes do instrumento de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital e o restante em moeda corrente nacional. Em 12 de dezembro foi aprovado em Assembleia Ordinária e Extraordinária um aumento de capital no valor de R\$ 790.000 com emissão de 78.528.827 de novas ações. Reservas de lucros e distribuição de dividendos (Controladora): Reserva legal e retenção de lucros: O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado a reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76. Distribuição de dividendos: O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O cálculo dos dividendos estatutários em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 está demonstrado a seguir:

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	251.167	140.085
Reserva legal de 5%	(12.558)	(7.004)
Base de cálculo	238.609	133.081
Dividendos estatutários obrigatórios	25%	25%
<b>Total</b>	<b>59.652</b>	<b>33.270</b>
Quantidade de ações	551.519	344.444
Dividendos por ação	0,1082	0,0966

#### 19 Receitas

Estão representadas por:

	Consolidado	
	2016	2015
Receita de serviços prestados	2.602.647	2.438.765
Receita de serviços de construção	1.645.178	1.554.486
Outras receitas	39.718	54.198
<b>Total</b>	<b>4.287.543</b>	<b>4.047.449</b>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	Consolidado	
	2016	2015
Receita bruta	4.287.543	4.047.449
ISSQN	(131.437)	(124.034)
PIS	(17.622)	(16.780)
COFINS	(81.367)	(77.451)
Outras deduções	(4.718)	(1.221)
<b>Receita líquida</b>	<b>4.052.399</b>	<b>3.827.963</b>

#### 20 Custos e Despesas por Natureza

Estão representados por:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Despesas:				
Com pessoal	42	(530)	(85.752)	(92.833)
Serviços de terceiros	(1.724)	(3.169)	(27.895)	(34.556)
Manutenção de bens e conservação	(761)	(130)	(8.834)	(2.556)
Depreciação/Amortização	(6.324)	(2.124)	(13.586)	(7.795)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(186)	-	(63.861)	(5.286)
Comunicação e marketing	(37)	-	(11.763)	(8.610)
Seguros/Garantias	(1.500)	(144)	(1.677)	(242)
Consumo	(89)	(98)	(13.994)	(18.442)
Transportes	(47)	(58)	(4.561)	(5.617)
Indenizações a terceiros	-	-	(4.537)	(4.015)
Outros	(1.102)	(1.022)	(13.359)	(12.955)
<b>Total</b>	<b>(11.728)</b>	<b>(7.275)</b>	<b>(249.819)</b>	<b>(192.907)</b>

#### 25 Instrumentos Financeiros

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro a seguir:

	Nível	Valor justo por meio de resultados		Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado		Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	
		Empréstimos recebíveis	Empréstimos recebíveis		Empréstimos recebíveis	Empréstimos recebíveis			
Equivalentes de caixa	Nível 2	-	-	151.383	-	-	127.362	-	-
Partes relacionadas	Nível 2	-	-	-	-	2.132.539	-	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	-	2.308.776	-	1	-	-	-	-
Outras contas a receber	Nível 2	-	414	-	-	1.543	-	-	-
Dividendos a receber	Nível 2	-	-	-	-	6.223	-	-	-
Fornecedores e caução contratuais	Nível 2	-	-	-	-	4.285	-	-	6.246
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	-	-	-	-	163.809	-	-	-
Debêntures	Nível 2	-	-	-	-	206.383	-	-	1.057.584
Partes relacionadas	Nível 2	-	-	-	-	1.365.522	-	-	1.523.713
Outras contas a pagar	Nível 2	-	-	-	-	7.479	-	-	6.718
Derivativos	Nível 2	5.092	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>5.092</b>	<b>2.309.190</b>	<b>151.384</b>	<b>1.747.478</b>	<b>2.140.305</b>	<b>127.362</b>	<b>2.594.261</b>	

	Nível	Valor justo por meio de resultados		Ativo financeiro mantido até o vencimento
--	-------	------------------------------------	--	---



... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

de flutuação do dólar norte-americano. Para proteger a exposição cambial, a Sociedade contratou operação com instrumento financeiro derivativo do tipo "swap".

Emprestimos e financiamentos no Brasil em moeda estrangeira

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa do câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro antes da tributação.

Controladora/Efeito no lucro antes da tributação Aumento/Redução em pontos bases

Table with 4 columns: Descrição, Risco da sociedade, Cenário I (provável), Cenário II (+25%), Cenário III (+50%)

Table with 2 columns: Modalidade, Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.

Table with 7 columns: Modalidade, Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a., 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, Total

27 Informações por Segmento de Negócio A Sociedade adotou o CPC 22 e a IFRS 8 – Informações por Segmento a partir de 1º de janeiro de 2009.

a) Demonstração do resultado por segmento

Table with 6 columns: Resultado, Concessão, Construção, Total, Eliminações e holding, Saldo consolidado

Table with 6 columns: Resultado, Concessão, Construção, Total, Eliminações e holding, Saldo consolidado

Table with 6 columns: Ativos Circulantes, Concessão, Construção, Total, Eliminações e holding, Saldo consolidado

b) Balanços por segmento

Table with 6 columns: Ativos Circulantes, Concessão, Construção, Total, Eliminações e holding, Saldo consolidado

Table with 4 columns: Cenário I (provável), Cenário II (+25%), Cenário III (+50%), Consolidado

d) Risco de liquidez e gestão de capital: O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

Table with 2 columns: Modalidade, Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.

Table with 7 columns: Modalidade, Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a., 01/01 a 31/03/2017, 01/04 a 30/06/2017, 01/07 a 30/09/2017, 01/10 a 31/12/2017, Total

Table with 7 columns: Modalidade, Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a., 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, Total

Table with 6 columns: Não Circulantes, Concessão, Construção, Total, Eliminações e holding, Saldo consolidado

Table with 6 columns: Passivos Circulantes, Concessão, Construção, Total, Eliminações e holding, Saldo consolidado

Table with 6 columns: Ativos Circulantes, Concessão, Construção, Total, Eliminações e holding, Saldo consolidado

Table with 6 columns: Ativos Circulantes, Concessão, Construção, Total, Eliminações e holding, Saldo consolidado

Table with 6 columns: Passivos Circulantes, Concessão, Construção, Total, Eliminações e holding, Saldo consolidado

28 Garantias e Seguros

As concessionárias, por força contratual, mantêm regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus das concessões, quando aplicável.

Table with 6 columns: Modalidade, Riscos cobertos, Autovias, Centrovias, Intervias, Vianorte

Table with 6 columns: Modalidade, Riscos cobertos, Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt, Litoral Sul

(\*) Por sinistro Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade mantém apólice de seguros de responsabilidade civil para os conselheiros, diretores e administradores.

29 Eventos Subsequentes

Arteris: Em 10 de fevereiro de 2017 através de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas decidiram aumentar o capital da Sociedade mediante emissão de 23.359.841 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$10,06 reais no valor total de R\$235.000.

Table with 5 columns: Data, Aprovação, Sociedade, Valor integralizado

Table with 6 columns: Aumentos de capital, Data, Aprovação, Sociedade, Ações emitidas, Valor, Valor integralizado

30 Fatos Relevantes

Arteris Em 3 de fevereiro de 2017 a Sociedade emitiu duas Notas Promissórias Comerciais ("Notas Comerciais"), em duas séries, perfazendo o montante total de R\$75.000, sendo (i) a Nota Comercial da 1ª Série no valor unitário de R\$2.600, com vencimento em 178 dias contados da data de emissão; e (ii) a Nota Comercial da 2ª Série no valor unitário de R\$72.400, com vencimento em 362 dias contados da data de emissão.

Em 24 de fevereiro de 2017, foi aprovada a concessão de fianças pela Sociedade para garantir o fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias assumidas por suas subsidiárias Autovias S.A. e Centrovias – Sistemas Rodoviários S.A.

Em 10 de março de 2017 a Sociedade informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em linha com o fato relevante divulgado no dia 17 de junho de 2016, por meio do qual foi informado que as ações de emissão da Sociedade deixaram de ser listadas para negociação na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, no dia 8 de março de 2017, a BM&FBOVESPA cancelou a listagem da Sociedade como emissora nesta referida Bolsa.

Table with 4 columns: Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal, Contador

Table with 5 columns: Conselho Fiscal, Contador

Parer do Conselho Fiscal Em reunião realizada nesta data, às 10:00 horas, os membros do Conselho Fiscal da Arteris S.A. ("Companhia"), atendendo ao disposto no Artigo 163 da Lei nº 6.404/76, após exame dos documentos e propostas da Administração submetidos a sua análise nesta data, e considerando o parecer sem ressalva emitido pelos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, por unanimidade opina favoravelmente à aprovação em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, e com base no Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 (tais documentos foram autenticados pela mesa e arquivados na Companhia como Docs. nº 1, 2 e 3, respectivamente), da destinação do lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 251.167.617,91 (duzentos e cinquenta e um milhões, cento e sessenta e sete mil, seiscentos e dezesseis reais e noventa e um centavos), sendo (i) R\$ 12.558.380,90 (doze milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, trezentos e oitenta reais e noventa centavos) equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, destinado à reserva legal, nos termos da lei e do Estatuto Social da Companhia; (ii) R\$ 59.652.309,25 (cinquenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, trezentos e nove reais e vinte e cinco centavos), equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, para distribuição de dividendos obrigatórios referentes à 2016, conforme Artigo 22 do Estatuto Social da Companhia; e (iii) R\$ 178.956.927,76 (cento e setenta e oito milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, novecentos e vinte e sete reais e setenta e seis centavos) destinados à reserva de lucro para fazer face ao orçamento de capital devidamente preparado pela Diretoria, o qual foi submetido à apreciação e aprovado por este Conselho Fiscal da Companhia e deverá ser submetido e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76.

Table with 4 columns: Evelyn Ottili Joerg, Luiz Fernando Correira Parente, Rodrigo Angrimani Norris Gabrielli





## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

**Arteris S.A.**

São Paulo-SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Arteris S.A. ("Sociedade"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

### **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da Arteris S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Arteris S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

#### *Diferença entre práticas contábeis nas demonstrações individuais*

Conforme descrito na nota explicativa nº 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais, no caso da Arteris S.A., diferem das IFRS aplicáveis às demonstrações financeiras individuais, somente no que se refere à opção da manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que é amortizado.

Nossa opinião não está ressalvada em virtude deste assunto.

#### *Continuidade das operações da controlada Vianorte S.A.*

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que indica que a controlada Vianorte S.A. detém a concessão para exploração de suas atividades por 20 anos, cujas operações terão continuidade até 23 de março de 2018. Esta situação indica a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade normal das operações da controlada Vianorte S.A. As demonstrações financeiras da Sociedade e da controlada Vianorte S.A. foram preparadas com base no pressuposto de continuidade das operações, o qual contempla a realização de ativos e o pagamento de obrigações e compromissos no curso normal de suas atividades. A controlada Vianorte S.A. possui pleitos em discussão com o Poder Concedente que podem alterar a data do encerramento de suas atividades. Nossa opinião não está ressalvada em virtude deste assunto.

### **Outros assuntos**

#### *Demonstrações do valor adicionado*

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação do DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos a seguir e, com base em nossa auditoria, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

*Ativo intangível – Avaliação do risco de redução do ativo intangível ao seu valor recuperável – concessionárias federais*

O ativo intangível é composto principalmente pelos investimentos e obras realizadas nas rodovias e representa 87% do total do ativo nas demonstrações financeiras consolidadas. A avaliação da

recuperação do ativo intangível das concessionárias federais da Sociedade, que estão em fase inicial do contrato de concessão, e que realizam obras de ampliação da capacidade e de melhoramento das rodovias que representam adições expressivas ao ativo intangível, foi significativa para a nossa auditoria porque o processo de avaliação é complexo, envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração e baseia-se em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado. Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a utilização de especialistas, para avaliação das premissas e as metodologias usadas pela Sociedade, em especial aquelas que se referem ao crescimento previsto da receita decorrente de arrecadação de pedágio, que pode ser impactado pela redução ou crescimento econômico, as taxas de inflação esperadas, a evolução demográfica, o volume de tráfego de veículos, entre outras premissas. Examinamos também a adequação das divulgações da Sociedade, incluindo as premissas às quais o resultado do teste de recuperação de ativos é mais sensível, ou seja, aquelas que têm efeito mais significativo sobre o valor recuperável do ativo intangível. As divulgações da Sociedade sobre o ativo intangível constam na nota explicativa 2 "Concessões" que evidencia a natureza de cada concessão, bem como os investimentos em melhorias na infraestrutura previstos para os próximos anos, e na nota explicativa 11 "Intangível", que demonstra a movimentação dos saldos de ativo intangível durante o exercício.

#### *Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio*

A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos nos contratos de concessões rodoviárias, que determinam que "a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários". Anualmente, as tarifas dos pedágios são reajustadas de acordo com os contratos de concessão, o que impacta diretamente a receita de cada concessionária com base no tráfego das rodovias. Os sistemas de arrecadação de pedágio são utilizados para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, através das vias manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação (TAG), fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passageiro, e a coerência entre o número de eixos cadastrados no TAG e o número de eixos reais do veículo passageiro). Considerando este contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria, além da utilização de especialistas em auditoria de sistemas para suportar nossa avaliação e entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e avaliar os controles existentes acerca do reconhecimento de receitas de arrecadação de pedágio.

#### *Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos – concessionárias federais*

As concessionárias federais controladas pela Sociedade possuem imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais. Tais saldos são reconhecidos a medida em que seja provável que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais acumulados podem ser realizados. Consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria porque o processo de avaliação da realização do saldo de imposto de renda e contribuição social diferido envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração e baseia-se em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de arrecadação de pedágio, que pode ser impactado pela redução ou crescimento econômico, as taxas de inflação esperadas, a evolução demográfica, o volume de tráfego de veículos, entre outras premissas fiscais. Avaliamos se estas estimativas justificam uma expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a realização das diferenças temporárias e prejuízos fiscais acumulados. Consideramos também a adequação das divulgações nas notas explicativas 4 "principais práticas contábeis" e 7 "Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos" sobre os impostos diferidos reconhecidos.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado concluímos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos comunicar este fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluímos que existe a incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos e condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas de controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios de comunicação para o interesse público.

Campinas, 15 de março de 2017.

**Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes**  
CRC nº 2SP 011.609/O-8  
**Paulo de Tarso Pereira Jr.**  
Contador – CRC nº 1SP 253.932/O-4